

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ALINE FERNANDES PINTO

**INFLUÊNCIA DAS EMPRESAS DE AUDITORIA INDEPENDENTE EM ESCOLHAS
CONTÁBEIS DE COMPANHIAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO**

UBERLÂNDIA

2019

ALINE FERNANDES PINTO

**INFLUÊNCIA DAS EMPRESAS DE AUDITORIA INDEPENDENTE EM ESCOLHAS
CONTÁBEIS DE COMPANHIAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Financeira

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sirlei Lemes

UBERLÂNDIA

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ATA DE DEFESA

Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico Número 068 - PPGCC				
Data:	vinte e seis de fevereiro de 2019	Hora de início:	09h00min	Hora de encerramento:	10h30min
Matrícula do Discente:	11712CCT001				
Nome do Discente:	Aline Fernandes Pinto				
Título do Trabalho:	Influência das empresas de auditoria independente em escolhas contábeis de companhias brasileiras de capital aberto				
Área de concentração:	Contabilidade e Controladoria				
Linha de pesquisa:	Contabilidade Financeira				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	PPGCC04: Contabilidade Internacional e Financeira				

Reuniu-se na sala 1F233 Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, assim composta: Professores Doutores: Edilene Santana Santos - FGV; Lucimar Antônio Cabral Ávila - FACIC/UFU; e Sirlei Lemes - FACIC/UFU, orientadora da candidata. A Prof.^a Dr.^a Edilene Santana Santos participou da Banca examinadora por meio do sistema de web conferência.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dr.^a Sirlei Lemes, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título descrito na tabela acima. O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Sirlei Lemes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/02/2019, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucimar Antônio Cabral de Avila, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/02/2019, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilene Santana Santos, Usuário Externo**, em 26/03/2019, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1049813** e o código CRC **B1E9EDA4**.

Referência: Processo nº 23117.006445/2019-18

SEI nº 1049813

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

Pinto, Aline Fernandes, 1995-

Influência das empresas de auditoria independente em escolhas contábeis de companhias brasileiras de capital aberto [recurso eletrônico]
/ Aline Fernandes Pinto. - 2019.

Orientadora: Sirlei Lemes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.954>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Contabilidade. 2. Auditoria - Instituições Contábeis. 3. Contabilidade gerencial. 4. Empresas - Auditoria. I. Lemes, Sirlei, 1963, (Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. III. Título.

CDU: 657

Gloria Aparecida - CRB-6/2047

ALINE FERNANDES PINTO

**INFLUÊNCIA DAS EMPRESAS DE AUDITORIA INDEPENDENTE EM ESCOLHAS
CONTÁBEIS DE COMPANHIAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Financeira

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sirlei Lemes

Uberlândia, 26 de fevereiro de 2019

Banca Examinadora

Prof.^a. Dr.^a Sirlei Lemes (Orientadora)

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Prof.^o Dr.^o Lucimar Antônio Cabral Ávila

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Prof.^a. Dr.^a Edilene Santana Santos

Fundação Getúlio Vargas - FGV

*À Deus que me ilumina e protege em todos os
momentos.*

Aos meus pais, Jairo e Shirley, por todo apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por estar sempre presente em minha vida, guiando-me, dando-me força e coragem para enfrentar os desafios, medos e por permitir que eu possa seguir concretizando os meus sonhos.

Aos meus pais, Jairo e Shirley, por todo amor, companheirismo, dedicação e confiança, sem pedir nada em troca e não medindo esforços para me ajudar sempre. Obrigada por sempre acreditarem em mim, incentivando os meus estudos, sem vocês, nada disso seria possível.

Ao meu namorado Leandro, a minha família, avós, tios e primos, pela ajuda, carinho, compreensão e dedicação. Vocês foram fundamentais para que eu concluisse mais esta fase em minha vida.

Agradeço a minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Sirlei Lemes, por toda dedicação, presteza, orientação, paciência e disponibilidade para me ajudar. Agradeço, imensamente, por ter compartilhado comigo seu conhecimento e experiência, seus ensinamentos foram essenciais para o meu crescimento.

Agradeço a professora Dr.^a Denise Mendes da Silva, por suas contribuições e por ter aceitado participar da banca de qualificação deste trabalho. Agradeço ao professor Dr.^º Lucimar Antônio Cabral Ávila, por suas contribuições e pela participação nas minhas bancas de qualificação e defesa. À professora Dr.^a Edilene Santana Santos, por ter aceitado participar da banca de defesa deste trabalho, agradeço imensamente suas contribuições.

A todos os professores do PPGCC, por todo apoio, ensinamentos e contribuições com minha formação tanto profissional quanto pessoal. Agradeço a todos os funcionários do PPGCC, em especial, a Laila Melo, sempre prestativa e gentil.

A meus colegas de curso, por todos os momentos e ideias que compartilhamos, por tornar esses dois anos de aprendizado mais leves e pela alegre recordação que guardei de cada um.

Agradeço aos colegas do Núcleo de Estudos em Contabilidade Internacional e Financeira (NECIF), por todas as ideias e experiências compartilhadas. Em especial, destaco minha gratidão à colega Neirlaine Silva de Almeida, por toda sua atenção, disponibilidade e compartilhamento de experiências e aprendizados.

Agradeço aos demais amigos e a todos que sempre me incentivaram e torceram pelo meu sucesso.

Muito Obrigada!

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo verificar a associação entre as empresas de auditoria independente e as escolhas contábeis. A amostra foi composta por 135 companhias de capital aberto brasileiras, listadas na B3, no período de 2010 a 2017. Foram avaliadas as escolhas contábeis relativas à mensuração de propriedades para investimentos, mensuração dos estoques, taxa de depreciação, método de depreciação, reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional, reconhecimento das compras ou vendas regulares de ativos financeiros, classificação de juros pagos, classificação de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos. Para testar a associação entre as empresas de auditoria e as escolhas contábeis, foi utilizado o Teste Qui-quadrado. Os resultados apontam a associação da mudança da empresa de auditoria com a alteração de práticas contábeis relacionadas à mensuração de propriedades para investimentos, taxa de depreciação, método de depreciação, reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional, reconhecimento das compras ou vendas regulares de ativos de financeiros, classificação de juros pagos e dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos. Adicionalmente, verificou-se que o fato de a empresa de auditoria ser uma *Big Four* está associado à mudança de práticas relativas à mensuração de propriedades para investimentos, mensuração de estoques e classificação de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos. Diante desses resultados, entende-se que a auditoria pode ser considerada como um fator relevante para o estudo das escolhas contábeis.

Palavras-chave: Escolhas Contábeis. Auditoria. Mudança da Empresa de Auditoria.

ABSTRACT

The present study aims to verify the association between independent auditing companies and accounting choices. The sample consisted of 135 Brazilian companies listed in B3 from 2010 to 2017. The accounting choices regarding the measurement of investment properties, inventory measurement, depreciation rate, depreciation method, operating lease, recognition of purchases or regular sales of financial assets, classification of interest expense, classification of dividends and interest on own capital paid and dividends and interest on own capital received. To test the association between audit firms and accounting choices, the Chi-square test was used. The results indicate the association of the change of the audit firm with the change in accounting practices related to the measurement of investment properties, depreciation rate, depreciation method, recognition of the operational lease installments, recognition of purchases or regular sales of assets of classification of interest expense and dividends and interest on own capital received. Additionally, it was verified that the fact that the audit firm is a Big Four is associated with changes in practices related to the measurement of investment properties, inventory measurement and the classification of dividends and interest on own capital paid. Considering these results, it is understood that the audit can be considered as a relevant factor for the study of the accounting choices.

Keywords: Accounting Choices. Audit. Change of Audit Company.

*“Daria tudo que sei pela metade do que
ignoro”.*

René Descartes

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição da Amostra	24
Quadro 2 - Definição da Amostra por Setor	25
Quadro 3 – Lista de Escolhas Contábeis Abordadas na Pesquisa	28
Quadro 4 - Práticas Contábeis Predominantes na Amostra	35
Quadro 5 - Resumo dos Resultados	44
Quadro 6 - Resumo dos Resultados	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Escolhas Contábeis para a Mensuração de PPI	30
Tabela 2 - Escolhas Contábeis para a Mensuração de Estoques	31
Tabela 3 - Escolhas Contábeis para a Taxa de Depreciação	31
Tabela 4 - Escolhas Contábeis para o Método de Depreciação	32
Tabela 5 - Escolhas Contábeis para o Reconhecimento das Parcelas do Arrendamento Mercantil Operacional	32
Tabela 6 - Escolhas Contábeis para Compras e Vendas Regulares de Ativos Financeiros	33
Tabela 7 - Escolhas Contábeis Para a Classificação de Juros Pagos	33
Tabela 8 - Escolhas Contábeis Para a Classificação de Dividendos e JSCP Pagos	34
Tabela 9 - Escolhas Contábeis para Dividendos e JSCP Recebidos	34
Tabela 10 - Empresas de Auditoria	35
Tabela 11 - Empresas de Auditoria <i>Big Four</i>	37
Tabela 12 - Mudança da Empresa de Auditoria e da Mensuração de PPI	38
Tabela 13 - Mudança da Empresa de Auditoria e da Mensuração de Estoques	39
Tabela 14 - Mudança da Empresa de Auditoria e da Taxa de Depreciação	39
Tabela 15 - Mudança da Empresa de Auditoria e do Método de Depreciação	40
Tabela 16 - Mudança da Empresa de Auditoria e do Reconhecimento das Parcelas do Arrendamento Mercantil Operacional	41
Tabela 17 - Mudança da Empresa de Auditoria e do Reconhecimento de Compras e Vendas Regulares de Ativos Financeiros	41
Tabela 18 - Mudança da Empresa de Auditoria e da Classificação dos Juros Pagos	42
Tabela 19 - Mudança da Empresa de Auditoria e Classificação dos Dividendos e JSCP Pagos	43
Tabela 20 - Mudança da Empresa de Auditoria e Classificação dos Dividendos e JSCP Recebidos	43
Tabela 21 - <i>Big Four</i> ou não <i>Big Four</i> e Mudança na Mensuração de PPI	45
Tabela 22 - <i>Big Four</i> ou não <i>Big Four</i> e Mudança na Mensuração de Estoques	46
Tabela 23 - <i>Big Four</i> ou não <i>Big Four</i> e Mudança na Taxa de Depreciação	46
Tabela 24 - <i>Big Four</i> ou não <i>Big Four</i> e Mudança no Reconhecimento da Depreciação	47
Tabela 25 - <i>Big Four</i> ou não <i>Big Four</i> e Mudança no Reconhecimento das Parcelas do	47

Arrendamento Mercantil Operacional.....	47
Tabela 26 - <i>Big Four</i> ou não <i>Big Four</i> e Mudança no Reconhecimento de Compras e Vendas Regulares de Ativos Financeiros	48
Tabela 27 - <i>Big Four</i> ou não <i>Big Four</i> e Mudança na Classificação dos Juros Pagos	49
Tabela 28 - <i>Big Four</i> ou não <i>Big Four</i> e Mudança na Classificação dos Dividendos e JSCP Pagos	49
Tabela 29 - Big Four ou não Big Four e Mudança na Classificação dos Dividendos e JSCP Recebidos.....	50

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Contextualização e Objetivo	12
1.2	Delimitação do Estudo.....	14
1.3	Justificativas e Contribuições	14
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	15
2.1	Relação da Auditoria Externa com a Gestão	16
2.2	Determinantes das Escolhas Contábeis.....	19
2.3	Teoria da Agência	22
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	24
3.1	Amostra e Coleta dos Dados	24
3.2	Coleta e Tratamento dos Dados.....	25
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	29
4.1	Estatística Descritiva	30
4.2	Resultado do Teste Qui-Quadrado para Mudança da Empresa de Auditoria	38
4.3	Resultado do Teste Qui-Quadrado para <i>Big Four</i> e Não <i>Big Four</i>.....	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
	REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e Objetivo

Estudos na literatura nacional e internacional têm em comum a ideia de identificar os fatores que podem determinar as escolhas contábeis (HAGEMAN; ZMIJEWSKI, 1979; COLE; BRANSON; BREESCH, 2011; SOUZA, 2016; SILVA, 2016; ALI; AHMED, 2017). Todavia uma possível associação entre a empresa de auditoria e as escolhas contábeis ainda é pouco verificada. Os trabalhos de Cole, Branson e Breesch (2013), Souza (2016) e Silva (2016) observaram se a auditoria realizada por uma *Big Four* (KPMG, PricewaterhouseCoopers, Deloitte Touche Tohmatsu e Ernst & Young) ou não *Big Four*, estaria associada às escolhas contábeis. Contudo os autores citados não levaram em consideração a possibilidade de a mudança de empresa de auditoria ser um fator que tenha influência na adoção de uma escolha contábil.

A ideia de que a auditoria possa ser um elemento que influencie a opção por uma ou outra escolha contábil pode ser reforçada com a afirmação de Messier, Quick e Vandervelde (2014), de que, mesmo com a adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), o julgamento do fato econômico, muitas vezes, pode ser aplicado de acordo com a percepção do auditor. Ainda segundo os autores, apesar da mudança das normas contábeis para um padrão baseado em princípios, as transações ainda podem ser registradas como antes, com base no padrão anterior, fundamentado em regras, caso esta seja a percepção do auditor. Assim, entender o papel que os auditores exercem sobre as escolhas contábeis pode colocar o tema sob uma nova perspectiva, ou seja, a de que outros interesses são subjacentes às práticas escolhidas pelas empresas.

Jones e Higgins (2006) enfatizam que a auditoria é considerada um fator importante para a manutenção da qualidade dos relatórios financeiros. Além disso, os auditores podem ser apontados como uma das partes mais envolvidas com o processo de adoção das IFRS, seja atuando como consultores ou na validação das demonstrações financeiras (JONES; HIGGINS, 2006). No entanto, é importante ressaltar que à prestação de serviços não relacionados a auditoria é vedada aos auditores independentes. Apesar disso, para alguns autores, como Cole, Branson e Breesch (2013), com frequência, os auditores assumem o papel de assessores, influenciando diretamente na preparação das demonstrações contábeis. Ademais, com a adoção das IFRS e o aumento da subjetividade de critérios, os auditores passam a exercer um papel essencial, uma vez que as citadas normas determinam julgamentos

e estimativas mais complexos por desses (DE GEORGE; LI; SHIVAKUMAR, 2016).

Em circunstâncias nas quais as normas contábeis não demonstram uma orientação de maneira clara sobre determinada prática ou em que o tratamento contábil apropriado não esteja claro, os auditores devem fazer uma recomendação ao cliente a respeito do que a contabilidade deve fazer (SALTERIO; KOONCE, 1997). A interação entre os auditores e seus clientes pode abranger assuntos relacionados à conduta da auditoria, à resolução de um conflito, a uma troca de informações e ao conteúdo dos relatórios financeiros (BEATTIE; FEARNLEY; BRANDT, 2000). Destaca-se, assim, a possibilidade de uma possível participação dos auditores na preparação das demonstrações financeiras, auxiliando os gestores na definição das práticas contábeis e julgamentos mais complexos.

Para Fields, Lys e Vincent (2001), existe a possibilidade de surgimento de divergências entre o auditor e o gestor. Segundo os autores, a divulgação de informações contábeis pode ser entendida como um conflito entre o gestor, que deseja aumentar o valor percebido pelos investidores da empresa, e o auditor, que deseja reduzir os erros de análise dos investidores. Os conflitos na relação entre o auditor e o gestor também podem se originar quando os auditores optam por uma escolha contábil mais conservadora, ou seja, uma escolha contábil que leve a uma redução no resultado ou nos fluxos de caixa operacionais da empresa, e a preferência do gestor seja por métodos menos conservadores (DEFOND; SUBRAMANYAM, 1998).

DeFond e Subramanyam (1998) verificaram possíveis incentivos do auditor para optar por escolhas contábeis conservadoras, além de investigarem se a mudança do auditor está relacionada a escolhas contábeis mais conservadoras. Os autores observaram que os *accruals* discricionários são decrescentes durante o último ano com o auditor e, normalmente, irrelevantes durante o primeiro ano do auditor sucessor. Ademais, os *accruals* discricionários decrescentes estão mais presentes entre as empresas que esperam correr maior risco de litígio. Nesse sentido, os autores inferem que os riscos de litígio funcionam como um incentivo para que os auditores demonstrem preferência por escolhas contábeis mais conservadoras e que os gestores tendem a optar pela troca do auditor com a intenção de encontrar um auditor menos conservador.

Reforça-se a relevância de investigar a relação entre as escolhas contábeis e a atuação das empresas de auditoria, tendo em vista a importância das escolhas contábeis para a representação fidedigna das informações contábeis, bem como da auditoria no processo de validação das demonstrações contábeis. Posto isto, a presente pesquisa tem como objetivo verificar a associação entre as empresas de auditoria independente e as escolhas contábeis.

1.2 Delimitação do Estudo

No presente estudo pretende-se identificar a associação entre as empresas de auditoria e as escolhas contábeis de companhias abertas brasileiras. Para se atingir o objetivo foram testadas nove escolhas contábeis, classificadas por Cole, Branson e Breesch (2013) como claras ou explícitas, que, de acordo com os autores, são aquelas que estão claramente dispostas nas normas contábeis e de fácil identificação nas demonstrações financeiras. As escolhas claras podem estar relacionadas à mensuração, reconhecimento, classificação, apresentação e ao momento de reconhecimento de uma norma (SILVA, 2016). No presente trabalho, verificam-se três escolhas relacionadas à mensuração, três relacionadas ao reconhecimento e três ligadas à classificação dos eventos contábeis.

As escolhas de mensuração abordadas neste estudo foram: mensuração de propriedades para investimentos (PPI), mensuração de estoques e taxa de depreciação. As escolhas contábeis de reconhecimento tratadas no presente estudo são: reconhecimento do método de depreciação, reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional e reconhecimento das compras e vendas regulares de ativos financeiros. As escolhas relativas à classificação estão ligadas aos itens da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), como os juros pagos, dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP) pagos e dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP) recebidos.

Salienta-se que o presente estudo tem como foco a auditoria externa. Para que seja observada a associação entre as escolhas contábeis e a empresa de auditoria, as informações referentes às escolhas contábeis e a empresa de auditoria foram coletadas nas demonstrações financeiras nos anos de 2010 a 2017. Em seguida, foram identificadas as mudanças realizadas nas escolhas contábeis e as alterações nas empresas de auditoria. Por meio do Teste Qui-quadrado, foi testada a possível associação da mudança da empresa de auditoria com as mudanças das escolhas contábeis.

1.3 Justificativas e Contribuições

Os determinantes das escolhas contábeis têm sido amplamente pesquisados na literatura contábil. Entender os fatores que possam influenciar a decisão dos gestores na tomada de decisão por determinado método contábil é relevante, visto que as escolhas contábeis afetam diretamente nas informações contábeis que serão reportadas aos investidores e demais usuários. Nobes e Stadler (2015) enfatizam que os determinantes mais comuns das

escolhas contábeis estão relacionados ao tamanho da empresa, alavancagem financeira e rentabilidade. O presente estudo visa contribuir para a literatura contábil, investigando a auditoria como um fator que, possivelmente, influencia as escolhas contábeis.

Conforme mencionado anteriormente, estudos como o de Souza (2016) e Silva (2016) checaram a associação da auditoria *Big Four* com as escolhas contábeis. O presente trabalho apresenta como diferencial a verificação da possível associação entre a mudança da empresa de auditoria com mudanças nas escolhas contábeis. Reforça-se ainda a afirmação de Messier, Quick e Vandervelde (2014), de que, mesmo com a mudança das normas contábeis para padrões fundamentados em princípios, os eventos contábeis ainda podem ser registrados como antes, com base em regras, caso este seja o entendimento do auditor.

Francis (2001) argumenta que uma ampliação no escopo da literatura de escolhas contábeis é necessária, sugerindo estudos relacionados à auditoria e à governança corporativa. Além disso, segundo a autora, a maior parte dos autores que discorrem sobre o tema de escolhas contábeis mantém o foco apenas no gestor como responsável pela determinação das escolhas contábeis, não levando em consideração uma possível influência de outros agentes nesse processo. Nesse sentido, o presente estudo tem como pretensão ampliar o escopo da literatura de escolhas contábeis, dando destaque à possibilidade de que a atuação dos auditores esteja associada à decisão da escolha contábil.

Posto isto, entende-se que a investigação sobre a possibilidade de associação entre as escolhas contábeis e a auditoria configura-se como uma oportunidade significativa de contribuição para a literatura de escolhas contábeis, visto que os auditores exercem papel fundamental na verificação informações presentes nas demonstrações contábeis, bem como as escolhas contábeis afetam diretamente a representação fidedigna das demonstrações financeiras.

Este estudo é estruturado da seguinte forma: inicialmente, é apresentada uma contextualização do tema, a delimitação do estudo, as justificativas e contribuições. A seguir, é demonstrada a revisão da literatura. No terceiro capítulo, estão relacionados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Em seguida, são expostos os resultados do estudo, e ao término, são feitas as considerações finais do trabalho.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção está dividida em três partes. Na primeira, são discutidos os aspectos inerentes à auditoria e sua interação no processo de gestão. A segunda parte evidencia a

temática de escolhas contábeis e seus impactos nas organizações. Em seguida, são expostos os principais pontos relacionados à Teoria da Agência.

2.1 Relação da Auditoria Externa com a Gestão

O processo de auditoria é considerado por Beattie, Fearnley e Brandt (2000) como essencial para a manutenção da integridade dos relatórios financeiros e da confiança dos investidores. Assim sendo, a Norma Técnica de Auditoria Independente - 200 (NBC TA 200 R1) frisa, como objetivo da auditoria, elevar o nível de confiança dos usuários nas demonstrações financeiras, por meio da emissão de uma opinião do auditor, a respeito da elaboração das demonstrações contábeis e se estas estão em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Logo, as demonstrações contábeis auditadas, possivelmente, evidenciam melhor conteúdo informacional, uma vez estariam menos expostas a distorções em comparação com as demonstrações que não foram avaliadas pelos auditores (PAULO, 2007).

Firmino, Damacesna e Paulo (2010) reiteram que, mesmo a auditoria estando exposta a aspectos subjetivos, sob o ponto de vista dos usuários da informação, a opinião do auditor demonstra convicção a respeito da realidade econômico-financeira das empresas. Portanto, considera-se a auditoria como um importante mecanismo de averiguação das informações apresentadas pelas empresas, conferindo a essas demonstrações maior credibilidade. Os usuários das demonstrações financeiras confiam no papel da auditoria, pois o auditor tem como base de sua profissão a independência, devendo ser imparcial em relação à empresa auditada (MARTINEZ, 2010).

Quick e Warming-Rasmussen (2009) destacam que, caso os destinatários da informação financeira presumam que o auditor não seja independente, eles poderão mostrar pouca confiança nas demonstrações contábeis da empresa auditada. Nesse sentido, salienta-se a importância da independência do auditor o que vem sendo objeto relativamente recorrente de pesquisas (DEANGELO, 1981; BAZERMAN; MORGAN; LOEWENSTEIN, 1997; DEFOND; WONG; LI, 2000; KINNEY; PALMROSE; SCHOLZ, 2004; QUICK; WARMING-RASMUSSEN, 2009; DANIELS; BOOKER, 2011; SVANBERG; OHMAN, 2015).

Beattie, Fearnley e Brandt (2000) mencionam que os gestores tendem a buscar o apoio do auditor em questões relacionadas a controle interno e orientações sobre princípios contábeis. Contudo os serviços não relacionados à auditoria, como consultorias, ameaçam a

independência do auditor, em consequência do vínculo econômico auditor-cliente (QUICK; WARMING-RASMUSSEN, 2009). Após os escândalos corporativos, como o da Enron e da WorldCom, surgiram questionamentos por parte dos reguladores sobre a independência do auditor (DANIELS; BOOKER, 2011). Prova disso, no ano de 2002, foi aprovada a Lei Sarbanes-Oxley (SOX), que passou a vetar as empresas de auditoria de prestarem outros serviços não relacionados à auditoria.

A independência do auditor também pode estar relacionada e ser impactada pelo tamanho da empresa de auditoria. Para Martinez (2010), é possível que as grandes empresas de auditoria possuam maior independência para questionar as demonstrações contábeis de seus clientes, de forma que a perda de um cliente teria um impacto menor em seu faturamento, quando comparada com uma pequena empresa de auditoria. Assim sendo, em troca de seus honorários, os auditores assumem responsabilidades pela veracidade e pela evidenciação das informações contidas nas demonstrações contábeis (SUNDER, 2014).

Com a adoção das IFRS, as normas contábeis passaram a ser baseadas em princípios, fazendo com que o trabalho dos auditores passasse, teoricamente, a ser executado com maior esforço e detalhamento, aumentando, consequentemente, os riscos de litígio para os auditores, visto que estes não podem mais se pautar em diretrizes ou regras específicas como forma de defesa de possíveis litígios (DE GEORGE; LI; SHIVAKUMAR, 2016). No entanto, para Messier, Quick e Vandervelde (2014), mesmo com a adoção das IFRS, as transações ainda podem ser registradas com base no padrão anterior, fundamentado em regras, caso esta seja a percepção do auditor.

Quando os auditores participam de negociações com clientes, eles precisam lidar com a necessidade de manter um bom relacionamento com aqueles e, ao mesmo tempo, garantir que as demonstrações financeiras não tragam erros e distorções relevantes (PERREALT; KIDA, 2011). Nesse sentido, Hatfield e Mulles (2015) defendem que, apesar de a preparação das demonstrações contábeis ser de incumbência da administração, elas podem ser resultantes do empenho da administração e dos auditores em conjunto, além de, possivelmente, ser produto de possíveis negociações entre as duas partes. Corroborando esta afirmação, Cole, Branson e Breesch (2013) postulam que, além de oferecerem restrições ao uso inadequado dos critérios contábeis, os auditores ainda exercem o papel de consultores, influenciando a preparação das demonstrações contábeis. Segundo estes autores, durante a adoção das IFRS, diversas companhias buscaram sugestões com seus auditores e as empresas de auditoria costumam fornecer a seus clientes modelos para a preparação das demonstrações financeiras, além de listas de verificação de divulgações.

DeFond e Jiambalvo (1992) assinalam que as preferências do auditor tendem a preponderar sobre as da administração, uma vez que os auditores devem relatar, em sua opinião, as situações em que a administração optou por adotar uma escolha contábil divergente do julgamento do auditor. Deste modo, os auditores adotam uma postura mais conservadora, resistindo à adoção de escolhas que elevem os resultados (DEFOND; JIAMBALVO 1992). Para Defond e Subramanyam (1998), os auditores reduzem os riscos de litígios, ao sugerir que a administração opte por escolhas contábeis mais conservadoras, já que estas escolhas reduzem os resultados da empresa, ideia reforçada por Watts (2003). O autor afirma que o risco de litígio é maior quando o lucro e os ativos líquidos das empresas estão sobreavaliados. Perrealt e Kida (2011) enfatizam que os auditores tendem a recomendar aos clientes ajustes nas demonstrações financeiras que resultam em uma redução do resultado que seria reportado, mas que os clientes podem resistir em fazer os ajustes recomendados, pela razão de que têm preferência por apresentar resultados maiores.

Isto posto, entende-se que existe um conflito entre auditores, que buscam se proteger de litígios sugerindo modificações nas demonstrações financeiras, com o intuito de reduzir o resultado a ser apresentado, e gestores que buscam demonstrar maiores resultados. Defond e Subramanyam (1998) confirmam essa ideia quando salientam que as divergências entre auditores e clientes, normalmente, ocorrem quando o auditor considera melhor o emprego de um método contábil que resultará em um ganho mais baixo do que quando aplicado o método pretendido pela administração, gerando um resultado mais conservador do que o esperado por esta. Desta forma, a percepção sobre a opção de uma escolha contábil pode divergir entre auditores e clientes, levando a mudanças na empresa de auditoria, de acordo com Defond e Subramanyam (1998), caso a administração considere que as escolhas do auditor atual sejam mais conservadoras do que a provável escolha de outro auditor. Assim, a administração possui um incentivo para a substituição do auditor.

Diante do contexto exposto, entende-se que os auditores possuem um papel importante no processo de emissão dos relatórios das companhias às quais prestam serviços. Mesmo com o impedimento dos auditores externos de executar outros serviços além da auditoria, alguns estudos, como DEFOND; JIAMBALVO, 1992; DEFOND; SUBRAMANYAM, 1998; PERREALT; KIDA, 2011; COLE; BRANSON; BREESCH, 2013; HATFILED; MULLES, 2015, apontam a ideia de que os auditores podem estar exercendo um papel de consultores para as empresas. Além disso, os autores frisam que os auditores tendem a sugerir que as empresas adotem escolhas contábeis mais conservadoras e, segundo DeFond e Subramanyam (1998), a companhia auditada pode optar pela troca do auditor, caso considere que outro

auditor será menos conservador. Posto isto, a hipótese do presente estudo é descrita a seguir:

H₁: As mudanças das escolhas contábeis estão associadas positivamente com a mudança das empresas de auditoria.

Com os resultados obtidos a partir do teste da hipótese do estudo, espera-se identificar se as empresas de auditoria têm influenciado a decisão das companhias por um ou outro método contábil.

2.2 Determinantes das Escolhas Contábeis

As escolhas contábeis são definidas por Watts (1992) como a decisão do gestor de uma empresa por um método contábil em detrimento a outro. As opções de escolhas presentes nas normas contábeis podem ser justificadas, segundo Cole, Branson e Breesch (2013), pelas diferenças existentes entre as empresas, como o país de origem, fatores ambientais, indústria, distintos modelos de negócios, que venham a necessitar de tratamentos contábeis diferentes. Nesse sentido, as escolhas contábeis podem ser entendidas como uma forma de elevar a representação fidedigna das informações contábeis, uma vez que os gestores podem optar pelo método contábil que melhor represente a realidade econômico financeira da empresa.

Conforme apontam Holthausen e Leftwich (1983), a opção por uma escolha contábil pode envolver consequências econômicas. Segundo os autores, as alterações realizadas nas escolhas utilizadas para o cálculo dos números contábeis podem afetar a distribuição dos fluxos de caixa da empresa ou a distribuição de lucros dos investidores, que usam as informações financeiras para tomada de decisão. Nesse contexto, identificar os fatores que possam afetar a decisão dos gestores por um ou outro método contábil torna-se relevante, dado o impacto das escolhas contábeis no resultado das empresas. A identificação dos fatores que podem influenciar a decisão do gestor por uma escolha contábil é amplamente discutida na literatura contábil (HAGERMAN; ZMIJEWSKI, 1979; BOWEN; DUCHARME; SHOREN, 1995; HALL; SWINNEY, 2004; MISSONIER-PIERA, 2004; WAWERU; NTUI; MANGENA, 2011; CHRISTENSEN; NIKOLAEV, 2013; ALI; AHMED, 2017). Watts e Zimmerman (1990) ressaltam que a maior parte dos estudos relacionados a escolhas contábeis admite que os gestores tendem a optar por um método contábil para transferir riquezas para si em detrimento de outras partes. No entanto, o presente estudo pretende abordar outros fatores que também afetam a decisão dos gestores.

Hagerman e Zmijewski (1979) buscaram detectar variáveis econômicas que podem influenciar a opção por uma escolha contábil. Os autores identificaram que o tamanho da

empresa, o risco e a intensidade de capital estão relacionados, positivamente, com a chance de uma empresa optar por práticas contábeis que reduzem o lucro. Ademais os autores afirmam que, caso a empresa possua um plano de participação nos lucros, a probabilidade de que o gestor opte por uma escolha que eleve os resultados é maior. Além de identificar determinantes das escolhas contábeis, os autores indicam que os gestores valem-se de variáveis econômicas diferentes na decisão de uma escolha contábil, ou seja, os gestores não tomam como base para suas decisões as mesmas variáveis econômicas.

Missonier-Piera (2004) verificaram os determinantes econômicos relacionados a escolhas contábeis em empresas suíças. O autor salienta que os gestores tendem a optar por métodos contábeis que reduzam os custos de dívidas e elevem sua remuneração e, consequentemente, a alavancagem, a natureza da dívida (pública ou privada), a existência de oportunidades de investimento, a estrutura de propriedade e especificidades de ativos são fatores que estão positivamente associados à opção dos gestores por escolhas contábeis menos conservadoras, ou seja, aquelas que elevam o resultado da empresa. Por outro lado, o autor evidenciou que o tamanho da empresa e a intensidade da força de trabalho estão negativamente associados a escolhas contábeis menos conservadoras.

Nesse sentido, é possível apontar que a decisão por uma escolha contábil pode ser influenciada por diversos fatores econômicos, resultado também detectado por Waweru, Ntui e Mangena (2011). Estes autores identificaram os determinantes das escolhas contábeis na Tanzânia, obtendo evidências de que a alavancagem financeira não foi um fator que apresentou relação com as escolhas contábeis. Além disso, Waweru, Ntui e Mangena (2011) afirmam que a intensidade da força de trabalho e a proporção de administradores que não são executivos da empresa estão negativamente associados a escolhas contábeis mais conservadoras, e companhias que necessitam de um maior financiamento interno optam por escolhas menos conservadoras, uma vez que, para conseguir um maior financiamento, é preciso demonstrar aos investidores um maior resultado. Os autores detectaram também que empresas maiores tendem a optar por escolhas contábeis menos conservadoras, e, para este item específico, o resultado se contrapôs ao encontrado por Missonier-Piera (2004).

Cole, Branson e Breesch (2013) examinaram se as empresas europeias fazem uso das escolhas contábeis e quais os determinantes que influenciam a opção por essas escolhas. Os autores investigaram um grupo de 31 escolhas presentes nas IFRS. Das escolhas analisadas, os autores identificaram que nove são utilizadas por menos de 10% das empresas em um contexto europeu, e 22 escolhas são adotadas de maneira diferente pelas companhias

europeias. Quanto aos determinantes das escolhas contábeis, segundo os autores, de maneira geral, elas são influenciadas pelo país de origem da empresa, pelo setor e tipo de auditoria.

Souza (2016) investigou o grau de comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI das companhias abertas pertencentes ao Brasil, ao Chile e ao Peru, e as características que poderiam influenciar as escolhas contábeis dos gestores dessas entidades. Os resultados sugerem que, para os ativos imobilizados, as comparabilidades nacional e internacional aumentaram com a adoção das IFRS. Além disso, o país, a rentabilidade, a relevância, o setor de atuação e tempo podem influenciar as escolhas contábeis relacionadas ao imobilizado. Para o intangível, as comparabilidades nacional e internacional aumentaram ainda mais após a adoção. Quanto às características que podem influenciar as escolhas contábeis do gestor relacionadas aos ativos intangíveis, identificaram-se *Big Four*, o tamanho da empresa e a relevância. Para PPI, as comparabilidades nacional e internacional não aumentaram com as IFRS. Como características que podem influenciar as escolhas referentes a PPI foram identificadas: *Big Four*, relevância, endividamento, país e setor de atuação. Dessa forma, pode-se entender que o fato de a empresa de auditoria ser uma *Big Four* tem influência na escolha contábil da empresa.

Silva (2016) diagnosticou características corporativas associadas à realização de múltiplas escolhas contábeis em empresas de grande porte no Brasil. Evidenciou-se, no estudo, que as características econômicas, contratuais e institucionais estão associadas a uma ou mais escolhas contábeis realizadas nas companhias analisadas durante e após a adoção das IFRS, explicando, de maneira parcial, as escolhas contábeis das companhias analisadas e que as características institucionais estão associadas a um maior número de escolhas contábeis. Dentre as características institucionais investigadas pela autora, distingue-se a existência de associação entre o tipo de auditoria (*Big Four* ou não *Big Four*) e escolhas de mensuração (taxa de depreciação), e de reconhecimento (as subvenções governamentais e ao arrendamento mercantil operacional).

Ali e Ahmed (2017) constataram os determinantes da escolha contábil de empresas listadas no Sul da Ásia. O tamanho da empresa, as oportunidades de investimento e a alavancagem estão negativamente associadas à opção por escolhas contábeis menos conservadoras. Por outro lado, o fato de a empresa ter capital aberto é um determinante positivamente associado para a opção por uma escolha contábil menos conservadora (ALI; AHMED, 2017).

Observa-se, nos estudos mencionados, que, de modo geral, tem-se como determinante da escolha contábil o tipo de empresa de auditoria (*Big Four* ou não *Big Four*). A mudança da empresa de auditoria como um possível determinante da escolha contábil foi considerada somente por Defond e Subramanyam, (1998). Entretanto, para testar essa possível associação, os autores recorreram aos *accruals*, não focalizando nas escolhas contábeis em si. Nesse sentido, o presente trabalho tem como diferencial investigar a associação entre a mudança da empresa de auditoria e com alterações das escolhas contábeis.

2.3 Teoria da Agência

Fundamentado na Teoria da Agência, o presente estudo tem como intuito identificar a associação entre as empresas de auditoria independente e as escolhas contábeis, considerando que os indivíduos agem de acordo com os próprios interesses com o intuito de maximizar sua utilidade. A Teoria da Agência tem como base compreender as relações dos integrantes de um sistema, no qual o controle e a propriedade são confiados a diferentes pessoas, levando a um possível conflito de interesses entre os indivíduos (ARRUDA; MADRUGA; JUNIOR, 2008).

A relação de agência é definida como “um contrato sob o qual uma ou mais pessoas (o principal) emprega uma outra pessoa (agente) para executar em seu nome um serviço que implique a delegação de algum poder de decisão ao agente” (JENSEN; MECKLING, 1976, p. 308). Ainda segundo Jensen e Meckling (1976), a atuação do agente nem sempre corresponde aos interesses do principal e, assim, são estipulados, aos agentes, incentivos e técnicas de monitoramento para que os interesses do principal sejam assegurados. Dessa forma, entende-se que, para monitorar as ações do agente, o principal incorre em custos, denominados por Jensen e Meckling (1976) como custos de agência. Os custos de agência incluem as despesas ligadas ao monitoramento por parte do principal, despesas com o intuito de garantir que o agente não vá causar danos ao principal e custos residuais (JENSEN; MECKLING, 1976).

Quando se trata da relação auditor-empresa, entende-se que os auditores assumem o papel de agentes e a empresa atue como o principal, uma vez que as empresas de auditoria buscam maximizar sua utilidade e se proteger de possíveis litígios. A ideia de que a relação entre a empresa auditada e os auditores, em algumas circunstâncias, pode caracterizar um conflito de agência é reforçada por Martinez (2010). De acordo com o autor, as empresas de auditoria buscam maximizar sua utilidade havendo, portanto, por parte dessas empresas, uma preocupação com a perda de seus clientes e, consequentemente, com uma redução de seus ganhos, o que toma maior dimensão de acordo com o tamanho da empresa de auditoria. A

probabilidade de uma grande empresa de auditoria questionar erros na contabilidade é maior em relação a uma pequena empresa de auditoria, pois as grandes firmas, normalmente, têm maior independência de seus clientes (MARTINEZ, 2010).

Reynolds e Francis (2000) ressaltam que, quando os auditores dependem financeiramente de um de seus clientes, tal dependência pode ser um fator que venha a comprometer a independência da auditoria, levando os auditores a relatar favoravelmente para manter o cliente. Nesse sentido, existe a possibilidade de que os auditores possam agir com o intuito de manter os clientes, priorizando seus interesses, caso seu faturamento esteja em jogo. Assim, tal como em um processo político, nas empresas, os indivíduos podem agir para maximizar sua utilidade, aumentando sua riqueza em detrimento da riqueza de outras partes (WATTS, 1992).

Destaca-se, ainda, que o problema de agência tem como base a assimetria de informação. A questão da assimetria de informação existente entre gestores e auditores é abordada por Watts (1992), ao inferir que, possivelmente, os gestores terão melhores informações quanto ao efeito de suas decisões em comparação ao auditor. Dessa forma, caso seja avaliado e compensado de acordo com o efeito de suas decisões, é provável que o gestor forneça uma estimativa tendenciosa dos efeitos de suas decisões. Fields, Lys e Vincent (2001) também abordam a possibilidade da existência de conflitos entre gestores e auditores, conforme mencionado anteriormente. Para os autores, este conflito surge da preferência do gestor por reportar maiores resultados, elevando o valor demonstrado aos investidores e o auditor que pretende mitigar possíveis erros na análise dos usuários das informações financeiras.

Outra possível fonte de conflito entre auditores e gestores é evidenciada por DeFond e Subramanyam (1998). De acordo com os autores, existe preferência do auditor por escolhas contábeis que levem à apresentação de resultados mais baixos do que o esperado pela administração. Isso se justifica pela ideia de Watts (2003), de que o risco de litígio se eleva quando o resultado e os ativos estão com valores sobreavaliados. Dessa forma, com o intuito de se proteger de possíveis litígios, o auditor adota uma postura mais conservadora, sugerindo escolhas contábeis que levam a uma redução nos resultados (DEFOND; SUBRAMANYAM, 1998). Contudo, os gestores podem optar por uma troca de auditoria, caso acreditem que o auditor sucessor adotará práticas contábeis menos conservadoras (DEFOND; SUBRAMANYAM, 1998). Diante disso, pode-se assimilar que os auditores atuam como agentes priorizando seus interesses, sejam eles de maximizar sua utilidade ou se proteger de possíveis litígios e de seus danos, em detrimento dos interesses do principal, a empresa

auditada.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta seção expõe os procedimentos metodológicos empregados na presente pesquisa. A princípio, estão demonstrados os aspectos relacionados à caracterização da amostra, em seguida, o período em estudo e a forma de coleta de dados e, por fim, a técnica utilizada para o tratamento dos dados.

3.1 Amostra e Coleta dos Dados

A amostra do estudo é composta por companhias de capital aberto brasileiras listadas na B3 no período de 2010 a 2017. Para se verificar as companhias listadas na B3, foram utilizados os seguintes filtros do *software* Economatica®: Brasil, como país sede, registro ativo na B3 e a classe de ações de maior volume por empresas. Posteriormente, foram excluídas da amostra as empresas do setor de finanças e seguros em razão de suas especificidades e legislação própria. Em seguida, levando em conta uma população de 335 empresas, a amostra foi calculada por proporção, considerando um nível de confiança de 95%, uma margem de erro de 5% e uma probabilidade de ocorrência de 0,3, o tamanho da amostra calculado foi de 135 empresas. No Quadro 1, está ilustrada a composição da amostra.

Quadro 1 – Composição da Amostra

Descrição	Empresas
Total de Empresas Ativas Listadas na B3 conforme o <i>software</i> Economatica®	369
Exclusão das Empresas do Setor de Finanças e Seguros	34
Amostra Sem as Empresas do Setor de Finanças e Seguros	335
Amostra Final Calculada por Proporção	135

Fonte: Elaborado pela autora.

Para garantir a representatividade de cada setor, manteve-se a mesma proporcionalidade na amostra que há na população. Para calcular a representatividade de cada setor, foi dividido o número de empresas do setor na população pelo tamanho da população. Em seguida, multiplicou-se a representatividade do setor pelo tamanho da amostra para encontrar o número de empresas por setor na amostra. Assim, se um setor, como o de Agro e Pesca, possuía cinco empresas na população, dividindo cinco por 335 (total de empresas da população), encontra-se a representatividade do setor, de 1,49%. Posteriormente,

multiplicando a representatividade obtida pelo tamanho da amostra de 135 empresas, tem-se duas empresas do setor na amostra. A quantidade de empresas da amostra por setor está demonstrada no Quadro 2.

Quadro 2- Definição da Amostra por Setor

Setor	Empresas por Setor	Amostra por Setor	Representatividade do Setor
Agro e Pesca	5	2	1,49%
Alimentos e Bebidas	15	6	4,48%
Comércio	21	8	6,27%
Construção	23	9	6,87%
Eletroeletrônicos	5	2	1,49%
Energia Elétrica	45	18	13,43%
Máquinas Industriais	6	2	1,79%
Mineração	5	2	1,49%
Minerais Não Metálicos	3	1	0,90%
Outros	95	38	28,36%
Papel e Celulose	5	2	1,49%
Petróleo e Gás	9	4	2,69%
Química	11	5	3,28%
Siderurgia & Metalurgia	20	8	5,97%
Software e Dados	6	2	1,79%
Telecomunicações	9	4	2,69%
Têxtil	19	8	5,67%
Transportes e Serviços	19	8	5,67%
Veículos e Peças	14	6	4,18%
Total	335	135	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora.

Logo após o cálculo da quantidade de empresas por setor, a definição das empresas presentes na amostra foi realizada de forma aleatória por meio de um sorteio. Continuando com exemplo o setor de Agro e Pesca, as empresas foram numeradas de um a cinco e, em seguida, sorteadas duas empresas, correspondendo à representatividade do setor na amostra.

3.2 Coleta e Tratamento dos Dados

O período em estudo foi de oito anos e justifica-se pela necessidade da identificação da mudança de empresa de auditoria. De acordo com a Instrução n.º 308 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o auditor independente não pode prestar serviços para um mesmo cliente por um prazo superior a cinco anos. Dessa forma, foram objeto de coleta de dados os relatórios financeiros durante o período de oito anos, com o intuito de captar a

mudança da empresa de auditoria nesse período. As escolhas contábeis abordadas no presente estudo estão ligadas a mensuração, ao reconhecimento e a classificação dos eventos contábeis.

De acordo com Silva (2016), as escolhas contábeis referentes à mensuração estão relacionadas à escolha de um método contábil para mensurar um evento econômico. As PPI são propriedades mantidas com o intuito de obter renda de aluguéis ou valorização de capital (CPC, 28). Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 28, inicialmente, as PPI devem ser mensuradas ao custo. Posteriormente à mensuração inicial, as companhias podem optar pela mensuração ao custo ou valor justo, devendo aplicar a escolha adotada a todas as suas PPI. No que se refere à classificação da escolha contábil, no presente trabalho, o custo histórico foi considerado como uma escolha mais conservadora, posição também adotada por Botinha (2017), que justifica a posição pelo efeito da prática na redução do resultado a ser reportado.

Quando se trata da mensuração dos estoques, o Pronunciamento Técnico CPC 16 esclarece que, quando a identificação dos custos não é apropriada, um critério de valoração dos estoques deve ser empregado. As opções oferecidas pelo CPC 16 são Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS) e custo médio ponderado. O custo médio é estabelecido com base na média ponderada do custo de itens semelhantes no início do período e dos custos de itens comprados ou produzidos no período (CPC 16). Conforme o método PEPS, a baixa nos estoques ocorre para os itens que foram comprados ou produzidos primeiro. Com relação à classificação da escolha contábil como mais ou menos conservadora, assim como Missonier-Piera (2004), o presente estudo entende que a opção pelo método custo médio ponderado leva a uma redução no resultado da companhia, sendo considerado, portanto, uma escolha mais conservadora.

Com relação à taxa de depreciação, o Pronunciamento Técnico CPC 27 não estabelece claramente as opções para o uso de uma ou outra taxa de depreciação específica, contudo é mencionado que a depreciação deve ser realizada em consonância com a vida útil estimada do bem. O tratamento da taxa de depreciação como uma escolha relacionada à mensuração justifica-se, segundo Silva (2016), pelo impacto direto da depreciação no ativo imobilizado. Dessa forma, no Brasil, as companhias podem optar por depreciar seus bens por meio da taxa econômica, fiscal e, em alguns casos específicos, como os das empresas do setor elétrico, a taxa de depreciação é regulada por um órgão do setor, ANEEL (SILVA, 2016). No presente trabalho, o uso da taxa de depreciação econômica é ponderado como uma opção menos conservadora, ideia reforçada por Dichev e Li (2013). Os autores mencionam que empresas que possuem bens imobilizados com maior vida útil (taxa de depreciação econômica) tendem a optar por escolhas contábeis menos conservadoras.

Com relação às escolhas contábeis de reconhecimento, Silva (2016) argumenta que estas estão ligadas a como reconhecer determinado evento econômico e ao seu efeito nas demonstrações financeiras. Quando se refere ao método de depreciação, o CPC 27 permite às empresas optarem por três métodos, o linear, o método das unidades produzidas e o método dos saldos decrescentes. O método linear leva ao reconhecimento de uma despesa constante durante a vida útil do ativo, considerando que seu valor residual continue o mesmo. Pelo método das unidades produzidas, a despesa de depreciação tem como base a produção e, por fim, o método dos saldos decrescentes leva a uma despesa de depreciação decrescente durante a vida útil do ativo (CPC 27). No que se refere à classificação do método de depreciação como mais ou menos conservador, o presente trabalho considera o método linear como menos conservador, posição também adotada por Astami e Tower (2006). Segundo os autores, a escolha do método linear para a depreciação leva a um aumento nos resultados quando comparada aos demais métodos de depreciação e, assim sendo, a opção pelo método linear pode ser considerada como menos conservadora.

O Pronunciamento Técnico CPC 06 descreve como arrendamento mercantil operacional, o arrendamento em que não há a transferência de todos os riscos e benefícios intrínsecos à propriedade, ou seja, os riscos e benefícios permanecem com o arrendador. Com relação ao reconhecimento parcelas do arrendamento mercantil operacional, o CPC 06 estabelece que estas devem ser reconhecidas linearmente no resultado, a menos que outra base sistemática seja mais representativa. Portanto, entende-se que o reconhecimento das parcelas de arrendamento mercantil de forma linear leve a um aumento nos resultados, posto que a despesa reconhecida mensalmente é constante, sendo, portanto, considerado, no presente estudo, como menos conservador.

A compra e venda regular de ativos financeiros é aquela na qual os termos que exigem a entrega do ativo no prazo estão estabelecidos em contratos. Normalmente, estes termos são determinados por regulações ou convenções do mercado em questão (CPC 38). O Pronunciamento Técnico CPC 38 permite o reconhecimento das compras e vendas regulares de ativos financeiros na data da negociação ou na data da liquidação. No presente estudo, entendeu-se como mais conservadora a opção pelo reconhecimento na data da negociação, uma vez que é a data em a empresa assume o compromisso de comprar ou vender o ativo.

As escolhas contábeis de classificação estão relacionadas à disposição e agregação dos elementos nas demonstrações contábeis (SILVA, 2016). Quanto à classificação dos juros pagos e dividendos e JSCP pagos, o Pronunciamento Técnico CPC 03 permite sua classificação nos fluxos de caixa operacionais ou nos fluxos de caixa de financiamento. No

que se refere aos dividendos e JSCP recebidos, estes podem ser classificados como fluxos de caixa operacionais e de investimentos. Gordon et al (2017) mencionam que, para elevar os fluxos de caixa operacionais, as companhias tendem a classificar os dividendos e JSCP recebidos nas atividades operacionais e os juros pagos e dividendos e JSCP pagos nos fluxos de caixa das atividades de financiamento. Nesse sentido, aqui se considera que a classificação de juros pagos e dividendos e JSCP pagos nas atividades de financiamento, e a classificação dos dividendos e JSCP recebidos nas atividades de investimento, como escolhas contábeis menos conservadoras, visto que haverá elevação dos fluxos de caixa operacionais.

No Quadro 3, estão exibidas as escolhas contábeis abordadas na pesquisa e seu impacto nos resultados e fluxo de caixa operacional.

Quadro 3 – Lista de Escolhas Contábeis Abordadas na Pesquisa

Tipo de Escolha	Escolhas Contábil	Prática mais conservadora	Prática menos conservadora
		PPI	Custo Histórico
Escolhas de Mensuração	Estoques	Custo Médio Ponderado	PEPS
	Taxa de Depreciação	Taxa Econômica/Regulatória	Fiscal
Escolhas de Reconhecimento	Método de Depreciação	Saldos Decrescentes/ Unidades Produzidas	Linear
	Parcelas Arrendamento Mercantil Operacional	Linear	Base Sistemática
	Compras ou Vendas Regulares de Ativos Financeiros	Data da Negociação	Data de Liquidação
Escolhas de Classificação	Juros Pagos	Fluxo de Caixa Operacional	Fluxo de Caixa Financiamento
	Dividendos e JSCP Pagos	Fluxo de Caixa Operacional	Fluxo de Caixa Financiamento
	Dividendos e JSCP Recebidos	Fluxo de Caixa Investimento	Fluxo de Caixa Operacional

Fonte: Elaborado pela autora.

A coleta dos dados foi feita manualmente, a fim de identificar, nas demonstrações financeiras, as escolhas contábeis, a empresa de auditoria e se a empresa de auditoria é uma *Big Four* ou não. Na coleta dos dados, foram verificadas as escolhas contábeis listadas no Quadro 3. Adicionalmente, considerou-se a opção “não menciona”, quando a empresa possuía o item avaliado nos quadros das demonstrações financeiras, porém não mencionava sua forma de reconhecimento, mensuração ou classificação em suas notas explicativas. No instrumento de coleta de dados, também se considerou a opção “não se aplica”, quando, para a prática avaliada, não foi encontrada nenhuma menção. Para a identificação da mudança da escolha

contábil, foram retiradas as opções “não menciona” e “não se aplica”, levando em conta apenas as empresas que divulgaram a opção por um ou outro método contábil. Complementarmente, caso a empresa tenha adotado um ou outro método no ano posterior ao ano em que apresentava as opções “não menciona” e “não se aplica”, este foi considerado como uma mudança de escolha contábil.

Para o tratamento dos dados do presente estudo, utilizou-se o teste não paramétrico Qui-quadrado. O Teste Qui-quadrado permite analisar se duas ou mais amostras são estatisticamente diferentes em alguma categoria (LEVINE et al, 2000). Conforme Martins e Domingues (2017), os testes não paramétricos, como o Teste Qui-quadrado, são adequados a estudos que apresentem amostras reduzidas e que possuem variáveis com níveis de mensuração ordinal e nominal. Além disso, os testes não paramétricos são indicados para verificar se as variáveis são relacionadas ou independentes.

A estatística do Teste Qui-quadrado é igual à diferença entre as frequências observadas e esperadas dividida pela frequência esperada em cada categoria (FÁVERO et al, 2009). A estatística do Teste Qui-quadrado é dada por:

$$\chi^2 = \sum \frac{(f_0 - f_e)^2}{f_e}$$

Onde:

f_0 = frequência observada em cada categoria.

f_e = frequência esperada em cada categoria.

As hipóteses estatísticas fixadas para a realização do Teste Qui-quadrado são descritas a seguir:

H₀: Não existe associação entre a mudança nas escolhas contábeis e a mudança nas empresas de auditoria.

H₁: Existe associação entre a mudança nas escolhas contábeis e a mudança nas empresas de auditoria.

Os testes foram realizados no *software Stata® Statistics Data Analysis 11.2* e o nível de significância adotado para rejeição ou aceitação das hipóteses foi de $\alpha = 5\%$.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção está dividida em três partes. Na primeira, está apresentada uma análise descritiva das escolhas contábeis investigadas no presente estudo. A segunda parte evidencia a

análise das mudanças das escolhas contábeis realizadas em companhias abertas brasileiras e das alterações nas empresas de auditoria. Em seguida, é realizada a análise do fato de a empresa de auditoria ser uma *Big Four* e as mudanças das escolhas contábeis.

4.1 Estatística Descritiva

Na Tabela 1, estão registradas as escolhas contábeis das companhias abertas para a mensuração das PPI.

Tabela 1 – Escolhas Contábeis para a Mensuração de PPI

Ano	Custo	Valor Justo	Não menciona	Não se aplica	Total
2010	16	2	7	110	135
2011	22	1	4	108	135
2012	24	2	4	105	135
2013	20	1	5	109	135
2014	16	2	6	111	135
2015	16	3	5	111	135
2016	18	3	5	109	135
2017	19	3	5	108	135
Total	151	17	41	871	1080

Fonte: Elaborado pela autora.

Cerca de 80% das companhias da amostra não possuem PPI reconhecidas em suas demonstrações contábeis. As empresas da amostra que possuem PPI optaram, predominantemente, pela mensuração ao custo. Esse resultado também foi identificado por Botinha (2017). O autor observou que 53,7% das companhias listadas na BM&FBOVESPA e 51,22% das empresas listadas na NYSE que possuem PPI optam pelo método do custo. Dessa forma, apesar de o CPC 28 trazer uma recomendação para que as companhias adotem o método do valor justo, observa-se que as empresas demonstram uma preferência pelo método de custo.

Na Tabela 2, estão expostos os resultados para a mensuração dos estoques.

Com relação aos estoques, (Tabela 2), observa-se que cerca de 64% das companhias optaram pela mensuração recorrendo ao custo médio ponderado. Apenas uma empresa no ano de 2010 mensurou seus estoques utilizando o PEPS. Os resultados encontrados por Silva (2016) para a mensuração de estoques foram semelhantes: das 75 companhias verificadas pela autora apenas uma serviu-se do PEPS na mensuração dos estoques.

Tabela 2 - Escolhas Contábeis para a Mensuração de Estoques

Ano	Custo Médio Ponderado	PEPS	Não menciona	Não se aplica	Total
2010	83	1	3	48	135
2011	85	0	3	47	135
2012	88	0	3	44	135
2013	87	0	4	44	135
2014	89	0	3	43	135
2015	88	0	4	43	135
2016	87	0	4	44	135
2017	84	0	6	45	135
Total	691	1	30	358	1080

Fonte: Elaborado pela autora.

Na Tabela 3, estão demonstrados os resultados relacionados à escolha referente a taxa de depreciação.

Tabela 3 - Escolhas Contábeis para a Taxa de Depreciação

Ano	Taxa Econômica	Taxa Fiscal	Taxa Regulatória	Não menciona	Não se aplica	Total
2010	48	53	7	12	15	135
2011	50	57	6	7	15	135
2012	51	57	6	7	14	135
2013	52	55	5	7	16	135
2014	51	57	5	6	16	135
2015	53	53	5	7	17	135
2016	52	54	5	6	18	135
2017	52	51	4	9	19	135
Total	409	437	43	61	130	1080

Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação à taxa de depreciação, percebe-se que por volta de 40% das empresas optaram pela taxa fiscal e 37% pela taxa econômica. Ademais, no período observado, em média, cinco empresas depreciaram seus ativos utilizando a taxa regulatória. Os resultados divergem dos encontrados por Silva (2016). A autora identificou maior uso das taxas econômicas pelas empresas de sua amostra.

A Tabela 4 apresenta as escolhas relativas ao método de depreciação. Quanto ao método de depreciação, (Tabela 4), cerca de 80% das empresas da amostra optam por depreciar seus ativos pelo método linear. Além disso, nenhuma companhia optou pelo método de saldos decrescentes, e apenas duas empresas optaram pelo método de unidades produzidas. Os resultados encontrados por Lemes, Costa e Martins (2018) são semelhantes aos do presente estudo, ou seja, o método linear foi o mais utilizado tanto nas empresas listadas na BMF&Bovespa quanto nas empresas listadas na NYSE, e os métodos das unidades

produzidas e saldos decrescente não foram adotados por nenhuma companhia analisada.

Tabela 4 - Escolhas Contábeis para o Método de Depreciação

Ano	Linear	Saldos Decrescentes	Unidades Produzidas	Não menciona	Não se aplica	Total
2010	108	0	2	12	13	135
2011	107	0	2	12	14	135
2012	108	0	2	11	14	135
2013	107	0	2	10	16	135
2014	109	0	2	8	16	135
2015	107	0	2	9	17	135
2016	106	0	2	9	18	135
2017	106	0	2	9	18	135
Total	858	0	16	80	126	1080

Fonte: Elaborado pela autora.

A Tabela 5 mostra os resultados para as escolhas relacionadas ao reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional.

Tabela 5 - Escolhas Contábeis para o Reconhecimento das Parcelas do Arrendamento Mercantil Operacional

Ano	Linear	Base Sistemática	Não menciona	Não se aplica	Total
2010	32	4	7	92	135
2011	37	5	5	88	135
2012	38	4	6	87	135
2013	35	1	6	93	135
2014	30	1	5	99	135
2015	31	0	5	99	135
2016	30	0	6	99	135
2017	33	0	6	96	135
Total	266	15	46	753	1080

Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação às parcelas do arrendamento mercantil operacional, cerca de 25% das companhias optaram pelo método linear para o seu reconhecimento no resultado. O reconhecimento por outra base sistemática ocorreu nos anos de 2010 a 2014. Em média, três empresas optaram por outra base sistemática. O método linear também foi o mais utilizado pelas companhias europeias analisadas por Cole, Branson e Breesch (2013), com cerca de 97% das empresas verificadas pelos autores, adotando o método linear.

A Tabela 6 expõe os resultados relacionados a compras e vendas regulares de ativos financeiros.

Tabela 6 - Escolhas Contábeis para Compras e Vendas Regulares de Ativos Financeiros

Ano	Data de Negociação	Data de Liquidação	Não menciona	Não se aplica	Total
2010	44	2	0	89	135
2011	45	3	1	86	135
2012	46	3	0	86	135
2013	47	3	0	85	135
2014	44	2	0	89	135
2015	48	1	0	86	135
2016	46	1	1	87	135
2017	49	0	0	86	135
Total	369	15	2	694	1080

Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação a compras e vendas regulares de ativos financeiros, por volta de 35% das empresas reconhecem na data de negociação. No período examinado, em média, duas empresas optaram por reconhecer as compras e as vendas na data de liquidação. Silva (2016) identificou a preferência das empresas pelo reconhecimento das compras e vendas regulares de ativos financeiros na data da negociação. Os resultados do estudo demonstram que apenas uma empresa reconheceu as compras e vendas regulares de ativos financeiros na data de liquidação.

Na Tabela 7, são demonstradas as escolhas contábeis relacionadas à classificação de juros pagos.

Tabela 7 - Escolhas Contábeis Para a Classificação de Juros Pagos

Ano	Operacional	Financiamento	Não menciona	Não se aplica	Total
2010	47	25	54	9	135
2011	49	28	50	8	135
2012	48	35	44	8	135
2013	51	38	38	8	135
2014	51	40	37	7	135
2015	54	38	36	7	135
2016	53	40	35	7	135
2017	53	38	36	8	135
Total	406	282	330	62	1080

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto aos juros pagos, 37% das empresas da amostra optaram por classificar os juros pagos no fluxo de caixa operacional. Cerca de 26% das empresas classificaram os juros pagos nas atividades de financiamento. A classificação dos juros pagos encontrada por Cole, Branson e Breesch (2013) foi semelhante à identificada no presente trabalho. Os resultados de Cole, Branson e Breesch (2013) apontam a classificação dos juros pagos nos fluxos de caixa

operacional por 77% das empresas, enquanto a classificação nos fluxos de caixa de financiamento foi adotada por 20% das companhias europeias.

Na Tabela 8, são registrados os resultados relacionados aos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos,

Tabela 8 – Escolhas Contábeis Para a Classificação de Dividendos e JSCP Pagos

Ano	Operacional	Investimento	Financiamento	Não menciona	Não se aplica	Total
2010	0	0	105	1	29	135
2011	0	0	106	1	28	135
2012	0	0	106	1	28	135
2013	2	0	104	2	27	135
2014	1	1	102	1	30	135
2015	1	1	103	1	29	135
2016	1	1	101	2	30	135
2017	1	2	99	1	32	135
Total	6	5	826	10	233	1080

Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação aos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos, a escolha predominante foi o fluxo de caixa de financiamentos, com 77% das companhias. Nos anos de 2014 a 2017, em média, uma empresa classificou os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos nos fluxos de caixa de investimento. Os resultados corroboram aos encontrados por Costa et al (2019). Os autores identificaram que, aproximadamente, 94% das companhias classificaram os dividendos e JSCP pagos nos fluxos de caixa de financiamento.

Na Tabela 9, são apresentados os resultados da escolha de classificação dos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos.

Tabela 9 – Escolhas Contábeis para Dividendos e JSCP Recebidos

Ano	Operacional	Investimento	Financiamento	Não menciona	Não se aplica	Total
2010	18	33	3	4	77	135
2011	18	39	2	5	71	135
2012	17	43	2	4	69	135
2013	21	41	2	3	68	135
2014	22	40	3	3	67	135
2015	16	45	3	4	67	135
2016	17	47	1	5	65	135
2017	15	46	3	5	66	135
Total	144	334	19	33	550	1080

Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação aos dividendos e JSCP recebidos, percebe-se que, aproximadamente,

31% das empresas optaram por sua apresentação nos fluxos de caixa de investimentos. Além disso, em todo o período verificado, em média, duas empresas apresentaram os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos nos fluxos de caixa de financiamento. Não foram encontrados, nas notas explicativas, informações relativas à classificação dos dividendos e JSCP, divergindo do proposto pela norma contábil. Para os dividendos e JSCP recebidos, os resultados de Costa et al (2019) são semelhantes aos encontrados no presente trabalho. Os resultados dos autores apontam que 21% das companhias de sua amostra classificam os dividendos e JSCP recebidos nos fluxos de caixa de investimentos.

No Quadro 4, é demonstrado um resumo das práticas mais adotadas pelas companhias verificadas.

Quadro 4 – Práticas Contábeis Predominantes na Amostra

Escolha Contábil	Prática Contábil Predominante
Mensuração de PPI	Custo Histórico
Mensuração de Estoques	Custo Médio Ponderado
Taxas de Depreciação	Taxa Fiscal
Método de Depreciação	Método Linear
Reconhecimento das Parcelas do Arrendamento Operacional	Método Linear
Reconhecimento das Compras ou Vendas Regular de Ativos Financeiros	Data de Negociação
Classificação de Juros Pagos	Fluxo de Caixa Operacional
Classificação de Dividendos e JSCP Pagos	Fluxo de Caixa de Financiamento
Classificação de Dividendos e JSCP Recebidos	Fluxo de Caixa de Investimentos

Fonte: Elaborado pela autora.

De maneira geral, as práticas contábeis predominantes na amostra do presente estudo são semelhantes às encontradas na literatura contábil, exceto para a taxa de depreciação. Silva (2016) verificou que a preferência das empresas foi por depreciar seus ativos pela taxa econômica. Todavia, no presente estudo foi, encontrada uma predileção pela taxa fiscal. Entretanto, assinala-se que a diferença encontrada no presente estudo foi relativamente pequena, de 3%, uma vez que 40% das companhias adotaram a taxa fiscal e 37% optaram pela taxa econômica.

Na Tabela 10, são apresentados os nomes das empresas que auditaram as companhias da amostra e o número de companhias auditadas a cada ano.

Tabela 10 – Empresas de Auditoria

Empresas de Auditoria	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Deloitte	22	22	22	21	21	19	15	8	150
Ernst & Young	35	36	27	20	20	19	14	20	191
KPMG	17	29	19	19	22	30	37	37	210

Price	17	19	24	31	29	23	21	17	181
Actus	1	1	1	1	1	1	1	0	7
AFM Auditores	0	0	0	0	0	1	1	1	3
Antonio Cocurullo / Francisco Eduardo Abreu Ferreira	0	0	0	0	1	0	0	1	2
Audicont Auditores	0	0	0	1	1	1	1	1	5
Audifisco Auditores	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Audimar	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Audimec	0	1	1	0	0	0	0	0	2
Baker Tilly	0	0	0	0	0	1	1	4	6
BC Control Auditores	1	1	0	0	0	0	0	0	2
BDO	19	3	9	12	9	9	13	14	88
Berkan	0	0	0	0	0	2	2	2	6
BKR Lopes e Machado	2	2	2	2	2	2	2	1	15
BKS Auditores	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Boucinhas, Campos & Conti Auditores	0	0	1	1	1	1	1	0	5
Chronus Auditores	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Critério Auditores	0	0	1	1	1	0	0	0	3
Directa Auditores	1	1	4	3	0	0	0	0	9
DRS Auditores	1	1	1	1	1	0	0	0	5
Exactvs Auditores	0	0	1	1	1	0	0	0	3
Grant Thornton	0	1	4	4	8	6	8	8	39
Hlb Audilink & Cia	1	1	1	1	1	0	0	0	5
Holder Auditores	0	0	0	0	0	1	1	0	2
IGAF LM Auditores	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior	0	0	1	1	0	0	0	0	2
Jânio Blera de Andrade	0	0	1	1	1	1	1	0	5
JPPS Auditores	1	1	0	0	0	1	0	1	4
LCC Auditores	0	0	1	1	1	1	1	0	5
LMPG Auditores	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Luís Carlos Gruenfeld	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Mandarino	0	0	1	1	1	1	1	0	5
Martinelli Auditores	3	2	2	1	1	1	1	2	13
Mazars Auditores	0	0	0	0	1	1	1	1	4
Moore Stephens	2	3	3	2	1	1	0	0	12
Muller & Prei Auditores	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Nara- Koiseki Auditores	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Narazzaqui & Cia. – Auditores	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Next Auditores	1	1	1	0	0	0	0	1	4
Nuss & Steinbach Auditores	0	0	1	1	1	1	1	0	5
Padrão Auditoria	0	0	1	1	1	1	1	0	5
Partner Auditores	0	0	1	1	1	0	0	0	3
Partnership Auditores	0	0	0	1	1	1	1	2	6
Pemom Auditores	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Performance	3	3	2	1	1	0	0	0	10
PP&C Auditores Independentes	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Premium	1	1	0	0	0	1	1	1	5
PS Contax & Associados	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Rokembach + Lahm, Villanova, Gais & Cia.	0	0	0	1	1	1	1	1	5

Auditores

RSM ACAL Auditores	0	0	0	1	1	1	1	1	5
Russell Bedford Brasil	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Santana & Souza Auditores	1	1	1	1	0	0	0	0	4
Sappia Auditores	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Selecta Auditores	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Sicon Auditores	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Soltz, Mattoso & Mendes	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Tríplice Auditoria	0	0	0	0	0	1	1	1	3
Verdus Auditores	0	0	0	0	1	2	2	2	7
VGA Auditores	0	0	0	1	1	1	1	1	5
Total	135	135	135	135	135	135	135	135	1080

Fonte: Elaborado pela autora com base nas demonstrações financeiras divulgadas pelas companhias da amostra.

Com base na Tabela 10, verifica-se que, no total, foram 61 empresas de auditoria. A empresa de auditoria que mais auditou as companhias da amostra foi a *Big Four* KPMG, seguida pelas Ernst&Young, Price e Deloitte. A empresa de auditoria não *Big Four* que mais auditou as companhias da amostra foi a BDO e 12 empresas auditaram apenas uma companhia da amostra em apenas um ano. Apesar da grande quantidade de empresas de auditoria, é possível perceber que existe uma preferência das companhias pela auditoria de uma *Big Four*. A Tabela 11 apresenta a relação das companhias em estudo que são auditadas por auditorias *Big Four* e não *Big Four*.

Tabela 11 – Empresas de Auditoria *Big Four*

Ano	<i>Big Four</i>	<i>Não Big Four</i>	Total
2010	91	44	135
2011	106	29	135
2012	92	43	135
2013	91	44	135
2014	92	43	135
2015	91	44	135
2016	87	48	135
2017	82	53	135
Total	732	348	1080

Fonte: Elaborado pela autora.

Durante o período analisado, cerca de 68% das companhias foram auditadas por empresas *Big Four*. O ano de 2011 foi o ano em que mais companhias foram auditadas por empresas de auditoria *Big Four*. O ano em que menos companhias foram auditadas por *Big Four* foi o ano de 2017.

4.2 Resultado do Teste Qui-Quadrado para Mudança da Empresa de Auditoria

Para testar a hipótese do trabalho, com respeito a se as mudanças das escolhas contábeis realizadas em companhias abertas brasileiras estão associadas a mudanças das empresas de auditoria, usou-se o Teste Qui-quadrado para cada escolha contábil em estudo.

A Tabela 12 apresenta os resultados do Teste Qui-quadrado para a escolha contábil referente à mensuração de PPI.

Tabela 12 - Mudança da Empresa de Auditoria e da Mensuração de PPI

		Não Mudou a Empresa de Auditoria	Mudou a Empresa de Auditoria	Total
Frequência	Não Mudou a Escolha	114	39	153
	Mudou a Escolha	7	8	15
	Total	121	47	168
Percentual	Não Mudou a Escolha	94,21%	82,98%	91,07%
	Mudou a Escolha	5,79%	17,02%	8,93%
	Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

O Teste Qui-quadrado (p -valor = 0,022) aponta que existe uma associação entre a troca da empresa de auditoria e as mudanças na mensuração de PPI nas companhias da amostra. Conforme os resultados apresentados na Tabela 12, verifica-se que 17,2% das companhias alteraram a prática relacionada à mensuração de PPI, quando mudaram a empresa de auditoria e 39 companhias não alteraram a prática, quando trocaram a firma de auditoria. Contudo, percebe-se que, das companhias que mantiveram a mesma prática contábil, 94,21% permaneceram com a mesma empresa de auditoria. Dessa forma, apesar de o Teste-Qui-quadrado revelar a associação entre a mudança da empresa de auditoria e a alteração da escolha contábil, pôde-se identificar que as companhias analisadas, predominantemente, priorizam manter a mesma prática contábil no caso da mensuração de PPI (custo histórico), adotado pela maior parte das companhias. Esse resultado corrobora a ideia de DeFond e Jiambalvo (1992), de que os auditores tendem a sugerir que a companhia adote escolhas contábeis mais conservadoras, considerando que o custo histórico tende a ser mais conservador em relação ao valor justo, uma vez que é menos sujeito a manipulações e é mais passível a verificações quando comparado ao valor justo.

Acerca da mensuração dos estoques, foi detectado que apenas três companhias (1,78%), modificaram a escolha contábil, quando efetuaram a alteração da empresa de auditoria, conforme exposto na Tabela 13.

Tabela 13 - Mudança da Empresa de Auditoria e da Mensuração de Estoques

		Não Mudou a Empresa de Auditoria	Mudou a Empresa de Auditoria	Total
Frequência	Não Mudou a Escolha	518	166	684
	Mudou a Escolha	5	3	8
	Total	523	169	692
Percentual	Não Mudou a Escolha	99,04%	98,22%	98,84%
	Mudou a Escolha	0,96%	1,78%	1,16%
	Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Por meio do Teste Qui-quadrado (p -valor = 0,386), não foi identificada associação entre a mudança da escolha referente à mensuração dos estoques e a troca da empresa de auditoria. Observa-se que, assim como na mensuração de PPI, a maior parte das companhias não alteraram a prática contábil durante o período em que mantiveram a mesma empresa de auditoria, adicionalmente, conforme exposto na Tabela 2, as empresas adotam de maneira preponderante o custo médio ponderado. Nesse sentido, é possível identificar que, mensurando seus estoques pelo custo médio ponderado, as empresas também estão optando por uma opção mais conservadora, visto que, quando comparado ao PEPS, o custo médio ponderado tende a reduzir o resultado da companhia.

Na Tabela 14, estão expostos os resultados do Teste Qui-quadrado para a escolha contábil relacionada à taxa de depreciação.

Tabela 14 - Mudança da Empresa de Auditoria e da Taxa de Depreciação

		Não Mudou a Empresa de Auditoria	Mudou a Empresa de Auditoria	Total
Frequência	Não Mudou a Escolha	666	195	861
	Mudou a Escolha	14	14	28
	Total	680	209	889
Percentual	Não Mudou a Escolha	97,94%	93,30%	96,85%
	Mudou a Escolha	2,06%	6,70%	3,15%
	Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

O Teste Qui-quadrado (p -valor = 0,001) demonstra que a mudança da prática contábil relacionada à taxa de depreciação está associada à troca da empresa de auditoria. Das companhias analisadas, 14 (6,70%) optaram por alterar a taxa de depreciação, quando houve substituição da empresa de auditoria. No entanto, a maior parte das companhias (97,94%) optaram por manter a mesma escolha contábil, enquanto foram auditadas pela mesma firma

de auditoria. Além disso, ressalta-se que, quando houve alteração da empresa de auditoria, 195 companhias mantiveram a prática contábil. Destaca-se que 40% das companhias analisadas tendem a optar pela taxa de depreciação fiscal, escolha que se presume ser mais conservadora, resultado que também reforça a ideia de que os auditores têm uma tendência a sugerir práticas contábeis que levem a uma redução no resultado.

Com relação ao método de depreciação, o Teste Qui-quadrado (p -valor = 0,032) aponta a existência de associação entre a mudança da empresa de auditoria e do reconhecimento do método de depreciação, conforme exposto na Tabela 15.

Tabela 15 - Mudança da Empresa de Auditoria e do Método de Depreciação

		Não Mudou a Empresa de Auditoria	Mudou a Empresa de Auditoria	Total
Frequênci	Não Mudou a Escolha	660	202	862
	Mudou a Escolha	6	6	12
	Total	666	208	874
Percentual	Não Mudou a Escolha	99,10%	97,12%	98,63%
	Mudou a Escolha	0,90%	2,88%	1,37%
	Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim como observado nas escolhas analisadas anteriormente, o número de companhias que alteraram o método de depreciação e, ao mesmo tempo, a empresa de auditoria, é baixa, apenas seis empresas. Percebe-se que 660 companhias (99,10%) mantiveram a mesma prática contábil durante o período em que continuaram com a empresa de auditoria. Ressalta-se que as companhias da amostra adotam, predominantemente, o método linear para depreciar seus ativos. A preferência pelo método de depreciação linear indica a opção por uma escolha contábil menos conservadora, em razão de que o método linear de depreciação tende a elevar o resultado, quando comparado ao método de saldos decrescentes e de unidades produzidas. Silva (2016) afirma que a propensão das empresas por depreciar seus ativos pelo método linear pode ser explicada pela predileção das companhias por conservar a prática contábil utilizada antes da adoção das IFRS, quando as normas contábeis eram vinculadas às normas fiscais no Brasil.

Na Tabela 16, são apresentados os resultados do Teste Qui-quadrado para a mudança da empresa de auditoria e do reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional.

Tabela 16 - Mudança da Empresa de Auditoria e do Reconhecimento das Parcelas do Arrendamento

		Mercantil Operacional		
		Não Mudou a Empresa de Auditoria	Mudou a Empresa de Auditoria	Total
Frequência	Não Mudou a Escolha	201	57	258
	Mudou a Escolha	13	10	23
	Total	214	67	281
Percentual	Não Mudou a Escolha	93,93%	85,07%	91,81%
	Mudou a Escolha	6,07%	14,93%	8,19%
	Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Por meio do Teste Qui-quadrado (p -valor = 0,021), identificou-se a existência de associação entre a mudança no reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional e alteração da empresa de auditoria. É possível perceber que 14,93% das companhias verificadas alteraram a escolha contábil, quando também mudaram a firma de auditoria, entretanto o percentual de empresas que mantiveram a mesma prática, relacionada ao reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional enquanto conservaram a empresa de auditoria, é de 93,93%. Salienta-se o percentual considerável de 85,07% de companhias que, quando efetuam a troca da empresa de auditoria optaram por manter a mesma escolha contábil. De forma complementar, destaca-se a preferência das companhias pelo método linear no reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional, escolha que pode ser considerada como menos conservadora. A predileção das companhias por adotar o método linear no reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional tem como possível explicação a recomendação do Pronunciamento Técnico CPC 06 pela adoção dessa prática.

No que se refere ao reconhecimento de compras e vendas regulares de ativos financeiros, tem-se que 21 companhias (22,11%) que alteraram a auditoria também optaram por mudaram a escolha contábil, conforme indicado na Tabela 17.

Tabela 17 - Mudança da Empresa de Auditoria e do Reconhecimento de Compras e Vendas Regulares de Ativos Financeiros

		Não Mudou a Empresa de Auditoria	Mudou a Empresa de Auditoria	Total
Frequência	Não Mudou a Escolha	270	74	344
	Mudou a Escolha	19	21	40
	Total	289	95	384
Percentual	Não Mudou a Escolha	93,43%	77,89%	89,58%
	Mudou a Escolha	6,57%	22,11%	10,42%
	Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

O Teste Qui-quadrado (p -valor = 0,000) revela associação entre a alteração da empresa de auditoria e a mudança na escolha do reconhecimento de compras e vendas regulares de ativos financeiros. Contudo, assim como para as escolhas verificadas anteriormente, percebe-se que, predominantemente durante o período em que as empresas que mantiveram a mesma firma de auditoria, também permaneceram com a mesma escolha contábil. Para as compras e vendas regulares de ativos financeiros, tem-se como escolha preponderante o reconhecimento na data da negociação, escolha considerada mais conservadora, dado que tende a reduzir os resultados. Esse resultado fortalece a ideia de DeFond e Jiambalvo (1992) de que os auditores sugerem que a empresa adote escolhas contábeis mais conservadoras.

Na Tabela 18, são registrados os resultados do Teste Qui-quadrado para a mudança da empresa de auditoria e da classificação dos juros pagos.

Tabela 18 - Mudança da Empresa de Auditoria e da Classificação dos Juros Pagos

		Não Mudou a Empresa de Auditoria	Mudou a Empresa de Auditoria	Total
Frequênci	Não Mudou a Escolha	491	140	631
	Mudou a Escolha	34	23	57
	Total	525	163	688
Percentual	Não Mudou a Escolha	93,52%	85,89%	91,72%
	Mudou a Escolha	6,48%	14,11%	8,28%
	Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação à classificação dos juros pagos, o Teste Qui-quadrado (p -valor = 0,002) demonstra uma associação entre a alteração na classificação dos juros pagos e a troca da empresa de auditoria. Percebe-se que 23 empresas (14,11%) quando mudaram a empresa de auditoria também alteraram a prática contábil. Entretanto 491 empresas, conservaram a mesma firma de auditoria e mantiveram a mesma prática contábil. Todavia, 85,89% das companhias conservaram a mesma prática contábil ainda que trocaram a firma de auditoria. A classificação dos juros pagos como fluxo de caixa operacional foi a mais adotada pelas empresas verificadas. Essa opção é considerada mais conservadora, visto que leva a uma redução nos fluxos de caixa operacionais, resultado que também corrobora DeFond e Subramanyam (1998), indicando que os auditores optam por métodos contábeis mais conservadores.

Quanto à classificação dos dividendos e JSCP pagos, pôde se identificar que apenas

quatro companhias (2,11%) modificaram a prática contábil, quando efetuaram a troca da empresa de auditoria, conforme exposto na Tabela 19.

Tabela 19 - Mudança da Empresa de Auditoria e Classificação dos Dividendos e JSCP Pagos

		Não Mudou a Empresa de Auditoria	Mudou a Empresa de Auditoria	Total
Frequência	Não Mudou a Escolha	625	186	811
	Mudou a Escolha	22	4	26
	Total	647	190	837
Percentual	Não Mudou a Escolha	96,60%	97,89%	96,89%
	Mudou a Escolha	3,40%	2,11%	3,11%
	Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Por meio do Teste Qui-quadrado (p -valor = 0,366), não foi observada associação entre a alteração da firma de auditoria e a mudança na classificação dos dividendos e JSCP pagos. Destaca-se que 186 das companhias optaram por alterar a escolha contábil durante o período em que não trocaram a firma de auditoria. No entanto a maior parte das companhias que manteve a mesma prática contábil, também manteve a mesma empresa de auditoria. Além disso, as companhias optaram pela classificação dos dividendos e JSCP pagos como fluxo de caixa de financiamento, escolha considerada menos conservadora, uma vez que eleva os fluxos de caixa operacionais.

A Tabela 20 evidencia os resultados do Teste Qui-quadrado para a classificação dos dividendos e JSCP recebidos e a mudança da empresa de auditoria.

Tabela 20 - Mudança da Empresa de Auditoria e Classificação dos Dividendos e JSCP Recebidos

		Não Mudou a Empresa de Auditoria	Mudou a Empresa de Auditoria	Total
Frequência	Não Mudou a Escolha	333	91	424
	Mudou a Escolha	48	25	73
	Total	381	116	497
Percentual	Não Mudou a Escolha	87,40%	78,45%	85,31%
	Mudou a Escolha	12,60%	21,55%	14,69%
	Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação à classificação dos dividendos e JSCP recebidos, o Teste Qui-quadrado (p -valor = 0,021) indica uma associação entre a alteração na classificação dos dividendos e JSCP recebidos e a alteração da firma de auditoria. Nota-se que 25 das companhias mudaram a prática contábil, quando alteraram a empresa de auditoria. Todavia 333 empresas, (87,40%)

enquanto mantiveram a firma de auditoria, também permaneceram com a mesma prática contábil, e 78,45% das companhias conservaram a mesma contábil mesmo com a troca da firma de auditoria. A classificação dos dividendos e JSCP recebidos como fluxo de caixa investimentos foi a mais adotada pelas empresas em estudo. Essa opção é considerada mais conservadora, em razão de ter como efeito uma redução nos fluxos de caixa operacionais. Tal resultado indica uma preferência dos auditores por escolhas que reduzam o resultado, corroborando as afirmações de DeFond e Subramanyam (1998).

Um resumo dos resultados é exposto no Quadro 5.

Quadro 5 – Resumo dos Resultados

Escolha Contábil	Associada a Mudança da Empresa de Auditoria	Percentual de Mudança da Prática Contábil e Empresa de Auditoria
Mensuração de Propriedade Para Investimento	Sim	17,20%
Mensuração de Estoques	Não	1,78%
Taxas de Depreciação	Sim	6,70%
Método de Depreciação	Sim	2,88%
Reconhecimento das Parcelas do Arrendamento Operacional	Sim	14,93%
Reconhecimento das Compras ou Vendas Regular de Ativos Financeiros	Sim	22,11%
Classificação de Juros Pagos	Sim	14,11%
Classificação de Dividendos e JSCP Pagos	Não	2,11%
Classificação de Dividendos e JSCP Recebidos	Sim	21,55%

Fonte: Elaborado pela autora.

De modo geral, os resultados obtidos pelo presente trabalho evidenciam a existência de associação entre as mudanças nas companhias de auditoria e a alteração nas escolhas contábeis, uma vez que o Teste Qui-quadrado apontou associação para sete das escolhas contábeis estudadas, sendo elas, a mensuração de PPI, a taxa de depreciação, o método de depreciação, o reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional, o reconhecimento das compras e vendas regulares de ativos financeiros, a classificação de juros pagos e a classificação de dividendos e JSCP recebidos. Além disso, foi identificado que cinco de nove das escolhas contábeis verificadas (mensuração de PPI, mensuração de estoques, taxa de depreciação, classificação de juros pagos e classificação de dividendos e JSCP recebidos) apontam a predominância da opção pelo critério mais conservador. Este resultado pode ser um indicativo de que os auditores tendem a sugerir a opção por uma escolha contábil mais conservadora, já que, das cinco práticas investigadas em que a opção foi pelo método mais conservador, quatro estão associadas à mudança da empresa de auditoria.

Destaca-se, ainda, que as escolhas contábeis que apresentam predominância de opção por um critério conservador estão ligadas à mensuração de eventos contábeis e à classificação de itens na DFC, ou seja, referem-se a itens que impactam diretamente o resultado e o fluxo de caixa operacional.

4.3 Resultado do Teste Qui-Quadrado para *Big Four* e Não *Big Four*

Na sequência, foi realizado o Teste Qui-quadrado com o intuito de verificar se o fato de a empresa de auditoria ser uma *Big Four* está associado à mudança das escolhas contábeis.

Na Tabela 21, estão expostos os resultados do Teste Qui-quadrado para a mudança de mensuração de PPI e *Big Four*.

Tabela 21 – *Big Four* ou não *Big Four* e Mudança na Mensuração de PPI

		Não <i>Big Four</i>	<i>Big Four</i>	Total
Frequênci	Não Mudou a Escolha	60	93	153
	Mudou a Escolha	2	13	15
	Total	62	106	168
Percentual	Não Mudou a Escolha	96,77%	87,74%	91,07%
	Mudou a Escolha	3,23%	12,26%	8,93%
	Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

O Teste Qui-quadrado (p -valor = 0,047) mostra que existe uma associação entre o fato de a empresa de auditoria ser uma *Big Four* e as mudanças na mensuração de PPI nas empresas analisadas. Conforme os resultados apresentados na Tabela 21, verifica-se que 13 das companhias que alteraram a prática relacionada à mensuração de PPI foram auditadas por uma *Big Four*. Além disso, percebe-se que 93 companhias (87,74%) que mantiveram a mesma prática contábil, são auditadas por uma *Big Four*. Das companhias que não são auditadas por empresas *Big Four*, cerca de 96,77% (60 companhias) optaram pela não alteração da prática relacionada à mensuração de PPI. Assim como observado com a alteração das empresas de auditoria, percebe-se que as companhias em estudo, predominantemente, priorizam manter a mesma prática contábil no caso da mensuração de PPI.

Na Tabela 22, estão ilustrados os resultados para a mudança de mensuração de estoques e *Big Four*.

Tabela 22 – *Big Four* ou não *Big Four* e Mudança na Mensuração de Estoques

	Não <i>Big Four</i>	<i>Big Four</i>	Total
--	---------------------	-----------------	-------

	Não Mudou a Escolha	232	452	684
Frequência	Mudou a Escolha	0	8	8
	Total	232	460	692
	Não Mudou a Escolha	100%	98,26%	98,84%
Percentual	Mudou a Escolha	0%	1,74%	1,16%
	Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação à mensuração de estoques, o Teste Qui-quadrado (p -valor = 0,043) revela uma associação entre a alteração na mensuração de estoques e a auditoria *Big Four*. Percebe-se que todas as oito companhias que mudaram a prática contábil foram auditadas por uma *Big Four*. Contudo 100% das empresas mantiveram a mesma prática contábil, quando não foram auditadas por uma *Big Four*. Apesar de poucas empresas terem feito escolhas contábeis diferentes, os resultados apontam que, para a mensuração de estoques, a empresa de auditoria *Big Four* pode ser um determinante da escolha contábil, posto que, quando as empresas não foram auditadas por uma *Big Four*, todas mantiveram a mesma opção.

Quanto à mudança na taxa de depreciação pôde se identificar que 20 das companhias que modificaram a prática contábil tiveram como empresa de auditoria uma *Big Four*, conforme exposto na Tabela 23.

Tabela 23 – *Big Four* ou não *Big Four* e Mudança na Taxa de Depreciação

		Não <i>Big Four</i>	<i>Big Four</i>	Total
	Não Mudou a Escolha	264	597	861
Frequência	Mudou a Escolha	8	20	28
	Total	272	617	889
	Não Mudou a Escolha	97,06%	96,76%	96,85%
Percentual	Mudou a Escolha	2,94%	3,24%	3,15%
	Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Por meio do Teste Qui-quadrado (p -valor = 0,813), não foi verificada associação entre a mudança na taxa de depreciação e a auditoria *Big Four*. Destaca-se que 264 das companhias que optaram por manter a prática contábil anterior teve como firma de auditoria uma *Big Four*. Contudo percebe-se que a quantidade de empresas não auditadas por uma *Big Four*, que realizaram a mesma prática contábil, é de 97,06%. Esse resultado difere daquele encontrado por Silva (2016). A autora encontrou associação entre a taxa de depreciação e auditoria *Big Four*. Além disso, as empresas analisadas pela autora apresentaram preferência pela taxa econômica, resultado que difere do observado no presente estudo, pelo qual as empresas da

amostra adotaram, em sua maioria, a taxa fiscal para a depreciação. Uma possível explicação para a opção de maior parte das companhias pela taxa fiscal pode estar relacionada à influência das normas fiscais na contabilidade do Brasil.

Com relação ao método de depreciação, o Teste Qui-quadrado (p -valor = 0,833) aponta a não existência de associação entre a auditoria realizada por uma *Big Four* e a mudança no método de depreciação, conforme exposto na Tabela 24.

Tabela 24 – *Big Four* ou não *Big Four* e Mudança no Reconhecimento da Depreciação

		Não <i>Big Four</i>	<i>Big Four</i>	Total
Frequênci	Não Mudou a Escolha	263	599	862
	Mudou a Escolha	4	8	12
	Total	267	607	874
Percentual	Não Mudou a Escolha	98,50%	98,68%	98,63%
	Mudou a Escolha	1,50%	1,32%	1,37%
	Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar de o Teste Qui-quadrado não indicar associação entre a auditoria realizada por uma *Big Four* e mudança do método de depreciação, percebe-se que 1,32% das companhias observadas adotaram uma prática contábil diferente, quando auditadas por uma *Big Four*. Entretanto o percentual de empresas que mantiveram a mesma prática relacionada ao método de depreciação é de 98,68%. Salienta-se o percentual considerável de 98,50% de companhias que não foram auditadas por uma *Big Four* e mantiveram a mesma escolha contábil.

Na Tabela 25, são apresentados os resultados para o Teste Qui-quadrado para a auditoria *Big Four* e a mudança no reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional.

Tabela 25 - *Big Four* ou não *Big Four* e Mudança no Reconhecimento das Parcelas do Arrendamento Mercantil Operacional

		Não <i>Big Four</i>	<i>Big Four</i>	Total
Frequênci	Não Mudou a Escolha	27	231	258
	Mudou a Escolha	4	19	23
	Total	31	250	281
Percentual	Não Mudou a Escolha	87,10%	92,40%	91,81%
	Mudou a Escolha	12,90%	7,60%	8,19%
	Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

O Teste Qui-quadrado (p -valor = 0,310) aponta que não existe uma associação entre o

fato de a empresa de auditoria ser uma *Big Four* e as mudanças no reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional nas empresas analisadas. Conforme os resultados apresentados na Tabela 25, verifica-se que 19 das companhias que optaram por uma prática diferente relacionada ao reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional foram auditadas por uma *Big Four*. Além disso, percebe-se que 231 das companhias (92,40%) que mantêm a mesma prática contábil são auditadas por uma *Big Four*. Das companhias que não são auditadas por empresas *Big Four*, cerca de 87,10% optaram pela não alteração da prática contábil. Assim como observado com a alteração das empresas de auditoria, percebe-se que as companhias em estudo predominantemente priorizam manter a mesma prática contábil no caso do reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional.

Quanto ao reconhecimento de compras e vendas regulares de ativos financeiros, pôde se identificar que 30 das 40 companhias que modificaram a prática contábil foram auditadas por uma empresa de auditoria *Big Four*, conforme exposto na Tabela 26.

Tabela 26 - *Big Four* ou não *Big Four* e Mudança no Reconhecimento de Compras e Vendas Regulares de Ativos Financeiros

		Não <i>Big Four</i>	<i>Big Four</i>	Total
Frequência	Não Mudou a Escolha	92	252	344
	Mudou a Escolha	10	30	40
	Total	102	282	384
Percentual	Não Mudou a Escolha	90,20%	89,36%	89,58%
	Mudou a Escolha	9,80%	10,64%	10,42%
	Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Por meio do Teste Qui-quadrado (p -valor = 0,813), não foi observada associação entre a firma de auditoria *Big Four* e a mudança no reconhecimento de compras e vendas regulares de ativos financeiros. Destaca-se que a maior parte das companhias (89,36%) que optaram por não alterar a prática contábil foram auditadas por uma *Big Four*. Além disso, percebe-se que, das empresas que não foram auditadas por uma *Big Four*, cerca de 90,20% mantiveram a mesma prática relacionada ao reconhecimento de compras e vendas regulares de ativos financeiros.

Na Tabela 27, estão expostos os resultados para o Teste Qui-quadrado para a auditoria *Big Four* e mudança na classificação dos juros pagos.

Tabela 27 - *Big Four* ou não *Big Four* e Mudança na Classificação dos Juros Pagos

		Não <i>Big Four</i>	<i>Big Four</i>	Total
Frequência	Não Mudou a Escolha	93	538	631
	Mudou a Escolha	7	50	57
	Total	100	588	688
Percentual	Não Mudou a Escolha	93%	91,50%	91,72%
	Mudou a Escolha	7%	8,50%	8,28%
	Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação à classificação dos juros pagos, o Teste Qui-quadrado (p -valor = 0,614) demonstra que não existe uma associação entre a alteração na classificação dos juros pagos e a auditoria *Big Four*. Percebe-se que, de um total de 57 empresas que mudaram a prática contábil, 50 empresas foram auditadas por uma *Big Four*. Quando não foram auditadas por uma *Big Four*, 7% das empresas adotaram uma prática contábil diferente, e 93% (538 empresas) mantiveram a mesma prática feita anteriormente.

Na Tabela 28, são expostos os resultados para o Teste Qui-quadrado para a auditoria *Big Four* e a mudança na classificação dos dividendos e JSCP pagos.

Tabela 28 - *Big Four* ou não *Big Four* e Mudança na Classificação dos Dividendos e JSCP Pagos

		Não <i>Big Four</i>	<i>Big Four</i>	Total
Frequência	Não Mudou a Escolha	178	633	811
	Mudou a Escolha	11	15	26
	Total	189	648	837
Percentual	Não Mudou a Escolha	94,18%	97,69%	96,89%
	Mudou a Escolha	5,82%	2,31%	3,11%
	Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

O Teste Qui-quadrado (p -valor = 0,015) demonstra que existe uma associação entre o fato de a empresa de auditoria ser uma *Big Four* e as mudanças na classificação dos dividendos e JSCP nas empresas analisadas. Verifica-se que 2,31% (15 empresas) das empresas que alteraram a escolha relacionada à classificação dos dividendos e JSCP foram auditadas por uma *Big Four*. Adicionalmente, percebe-se que 633 empresas, cerca de 97,69% que mantiveram a mesma prática contábil são auditadas por uma *Big Four*. Das empresas que não são auditadas por empresas Big Four, cerca de 94,18% não alteraram a prática de classificação dos dividendos e JSCP.

Quanto à classificação dos dividendos e JSCP recebidos, pôde se identificar que de 73 empresas que modificaram a prática contábil, 60 empresas (14,71%) foram auditadas por

uma empresa de auditoria *Big Four*, conforme demonstrado na Tabela 29.

Tabela 29 - Big Four ou não Big Four e Mudança na Classificação dos Dividendos e JSCP Recebidos

		Não Big Four	Big Four	Total
Frequência	Não Mudou a Escolha	76	348	424
	Mudou a Escolha	13	60	73
	Total	89	408	497
Percentual	Não Mudou a Escolha	85,39%	85,29%	85,31%
	Mudou a Escolha	14,61%	14,71%	14,69%
	Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

O Teste Qui-quadrado (*p*-valor = 0,981) evidencia que não foi verificada associação entre a firma de auditoria *Big Four* e a mudança na classificação dos dividendos e JSCP recebidos. Percebe-se que 348 (85,29%) das companhias que optaram por não modificar a prática contábil foram auditadas por uma *Big Four*. De forma complementar, é possível verificar que das empresas que não foram auditadas por uma *Big Four*, cerca de 85,39% mantiveram a mesma escolha relacionada à classificação dos dividendos e JSCP recebidos.

Um resumo dos resultados é exposto no Quadro 6.

Quadro 6 – Resumo dos Resultados

Escolha Contábil	Associada a <i>Big Four</i>	Percentual de Mudança da Prática Contábil e Auditoria <i>Big Four</i>
Mensuração de Propriedade Para Investimento	Sim	12,26%
Mensuração de Estoques	Sim	1,74%
Taxas de Depreciação	Não	3,24%
Método de Depreciação	Não	1,32%
Reconhecimento das Parcelas do Arrendamento Operacional	Não	7,60%
Reconhecimento das Compras ou Vendas Regular de Ativos Financeiros	Não	10,64%
Classificação de Juros Pagos	Não	8,50%
Classificação de Dividendos e JSCP Pagos	Sim	2,31%
Classificação de Dividendos e JSCP Recebidos	Não	14,71%

Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação à mudança da escolha contábil e à auditoria *Big Four*, percebe-se que apenas as escolhas relacionadas à mensuração de PPI, mensuração de estoques e classificação de dividendos e JSCP pagos demonstram estar associadas à empresa de auditoria ser ou não uma *Big Four*. É interessante frisar que as escolhas contábeis que não apresentaram associação com a mudança da empresa de auditoria, estão associadas ao fato de a auditoria ser

uma *Big Four*, o que pode indicar que as *Big Four* podem defender, para seus clientes, práticas contábeis que se assemelham.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A auditoria exerce um papel relevante no processo de gestão das companhias, visto que validam as informações financeiras preparadas pela administração. Contudo, para que os usuários mantenham a confiança nas informações divulgadas, a auditoria deve ser considerada independente. E um passo importante neste sentido foi a aprovação, nos Estados Unidos, da Lei SOX em 2002, que restringiu a execução de serviços não relacionados à auditoria, pelas empresas de auditoria. Contudo existe a possibilidade de que os auditores possam estar atuando como consultores nas companhias que auditam, podendo influenciar diretamente na preparação das demonstrações contábeis e, consequentemente, na decisão por um ou outro método contábil. Ademais, entende-se que os auditores tendem a sugerir que as empresas adotem escolhas contábeis mais conservadoras, visto que estas escolhas reduzem o risco de litígio para os auditores, no entanto, caso a companhia auditada considere que outro auditor seja menos conservador, esta pode optar pela troca do auditor. Diante do contexto apresentado, a presente pesquisa teve como objetivo identificar a associação entre as empresas de auditoria independente e as escolhas contábeis.

Para realização da pesquisa, foi selecionada uma amostra de 135 companhias abertas listadas na B3 no período de 2010 a 2017. Foram analisadas as escolhas contábeis referentes à mensuração de PPI, mensuração dos estoques, taxa de depreciação, método de depreciação, reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional, reconhecimento das compras ou vendas regulares de ativos de financeiros, classificação de juros pagos, classificação de dividendos e JSCP pagos e dividendos e JSCP recebidos. Para testar a associação entre as empresas de auditoria e as escolhas contábeis, utilizou-se o Teste Qui-quadrado.

Com relação às escolhas de mensuração, os resultados apontam que a mudança na mensuração de PPI e as mudanças relacionadas a taxas de depreciação estão associadas à troca da empresa de auditoria, porém as mudanças na mensuração dos estoques não apresentam associação com a alteração da firma de auditoria. Adicionalmente, para as escolhas de mensuração identificou-se a preferência pelo método mais conservador, o que confirma a ideia de DeFond e Jiambalvo (1992), de que os auditores tendem a sugerir que os gestores adotem escolhas contábeis mais conservadoras. Quanto à empresa de auditoria *Big*

Four e escolhas de mensuração, as mudanças na mensuração de PPI e de estoques estão associadas ao fato de a empresa de auditoria ser uma *Big Four*. Contudo o Teste Qui-quadrado não indica associação entre a alteração na taxa de depreciação e a auditoria de uma *Big Four*.

Quanto às escolhas contábeis de reconhecimento, as mudanças no método de depreciação, no reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional e no reconhecimento das compras e vendas regulares de ativos financeiros, estão associadas a alteração da empresa de auditoria. No entanto, nenhuma das escolhas relacionadas ao reconhecimento em que foram verificadas no presente trabalho demonstram associação com o fato de a empresa ser auditada por uma *Big Four*. Para as escolhas contábeis de reconhecimento, os resultados indicaram opção por um método contábil menos conservador, nos casos do método de depreciação e do reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional, contrapondo-se ao que é exposto pela literatura, contudo, com relação ao método de depreciação uma possível explicação é apontada por Silva (2016), pois, segundo a autora, existe uma preferência das empresas que optam por manter mesmo o método de depreciação que adotavam anteriormente a adoção das IFRS. Quanto ao arrendamento mercantil operacional, o reconhecimento das parcelas pelo método linear de forma predominante pode ser justificado pela recomendação do CPC 06 para que as companhias adotem esse método.

No que se refere às escolhas relacionadas à classificação de itens da DFC, a classificação de juros pagos e dividendos e JSCP recebidos demonstram associação com a mudança na empresa de auditoria. Quanto à alteração na classificação de dividendos e JSCP pagos, ressalta-se a não associação com a troca da firma de auditoria. Todavia esta escolha está associada ao fato de a empresa ser auditada por uma *Big Four*. A classificação de juros pagos e dividendos e JSCP recebidos não demonstram estar associadas à auditoria *Big Four*. Destaca-se, que a maior parte das companhias da amostra optaram pela escolha mais conservadora para classificar os juros pagos e os dividendos e JSCP recebidos. Em contrapartida, para a classificação dos dividendos e JSCP pagos, a preferência da maioria das companhias foi pela escolha menos conservadora.

Os resultados do presente estudo apoiam a ideia de a auditoria ser considerada um fator que tem influência nas escolhas contábeis, confirmado a hipótese de pesquisa de que as mudanças das escolhas contábeis estão associadas positivamente com a mudança das empresas de auditoria. É relevante assinalar que, das escolhas contábeis investigadas, apenas duas (mensuração de estoques e classificação de dividendos e JSCP pagos) não apresentaram

associação com a mudança da empresa de auditoria. Entretanto elas estão associadas à empresa de auditoria ser uma *Big Four*. Além disso, destaca-se a predominância de métodos contábeis mais conservadores. Este resultado está em consonância com as afirmações de Defond e Jiambalvo (1992) e Defond e Subramanyam (1998), de que os auditores estão associados às escolhas contábeis das companhias e que, de modo geral, tendem a sugerir escolhas contábeis mais conservadoras.

Como limitações do estudo, destaca-se o número de escolhas contábeis verificadas (nove escolhas contábeis), não permitindo a extração dos resultados para as demonstrações financeiras no geral. Diante disso, ressalta-se a necessidade de cautela na generalização dos resultados. Adicionalmente, a presumida associação entre auditores e as escolhas contábeis foi detectada apenas com base nas demonstrações financeiras publicadas, ou seja, nenhuma entrevista ou outro contato estruturado foi realizado com esses profissionais. Sugere-se verificar escolhas contábeis, incluindo aquelas não explícitas nas normas, bem como a realização de entrevistas ou *survey* com auditores, para avançar nos estudos de delimitação da associação das empresas de auditoria na elaboração das demonstrações financeiras.

REFERÊNCIAS

ALI, M. J.; AHMED, K. Determinants of accounting policy choices under international accounting standards: Evidence from South Asia. **Accounting Research Journal**, v. 30, n. 4, p. 430-446, 2017.

<https://doi.org/10.1108/ARJ-02-2015-0020>

ARRUDA, G. S.; MADRUGA, S. R.; JUNIOR, N. I. F. A governança corporativa e a teoria da agência em consonância com a controladoria. **Revista de Administração da UFSM**, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reau fsm/article/view/570>>. Acesso em: 09 out. 2018.

ASTAMI, E. W.; TOWER, G. Accounting-policy choice and firm characteristics in the Asia Pacific region: An international empirical test of costly contracting theory. **The International Journal of Accounting**, v. 41, n. 1, p. 1-21, 2006.

<https://doi.org/10.1016/j.intacc.2005.12.004>

BAZERMAN, M. H.; MORGAN, K. P.; LOEWENSTEIN, G. F. The impossibility of auditor independence. **Sloan Management Review**, v. 38, p. 89-94, 1997. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Max_Bazerman/publication/247905860_The_Impossibility_of_Auditor_Independence/links/53d1020d0cf25dc05cfe7bfe.pdf>. Acesso em: 09 maio 2018.

BEATTIE, V.; FEARNLEY, S.; BRANDT, R. Behind the audit report: a descriptive study of discussions and negotiations between auditors and directors. **International Journal of Auditing**, v. 4, n. 2, p. 177-202, 2000.

<https://doi.org/10.1111/1099-1123.00312>

BOTINHA, R. A.; LEMES, S. Comparabilidade das escolhas contábeis em propriedades para investimentos de empresas listadas na BM&FBOVESPA e NYSE. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 20, n. 1, p. 113-132, 2017.

https://doi.org/10.21714/1984-3925_2017v20n1a7

BOWEN, R. M.; DUCHARME, L.; SHORES, D. Stakeholders' implicit claims and accounting method choice. **Journal of accounting and economics**, v. 20, n. 3, p. 255-295, 1995.

[https://doi.org/10.1016/0165-4101\(95\)00404-1](https://doi.org/10.1016/0165-4101(95)00404-1)

CHRISTENSEN, H. B.; NIKOLAEV, V. V. Does fair value accounting for non-financial assets pass the market test? **Review of Accounting Studies**, v. 18, n. 3, p. 734-775, 2013.

<https://doi.org/10.1007/s11142-013-9232-0>

COLE, V.; BRANSON, J.; BREESCH, D. Determinants influencing the IFRS accounting policy choices of European listed companies. 2013. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2217498>>. Acesso em: 04 set. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 28: Propriedade para investimento. 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=59>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 16: Estoques. 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=47>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 27: Ativo imobilizado. 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=58>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 06 (R1): Operações de arrendamento mercantil. 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=37>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 38: Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração. 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=69>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 03 (R2): Demonstração dos fluxos de caixa. 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

COSTA, P. S.; PINTO, A. F.; NUNES, F. M.; LEMES, S. Comparability of Accounting Choices in the Statement of Cash Flow: Evidence from Brazil. **Contaduría y Administración**, v. 64, n.3, p. 1-32, 2019. Disponível em: <<http://www.cya.unam.mx/index.php/cya/article/view/1445>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

DANIELS, B. W.; BOOKER, Q. The effects of audit firm rotation on perceived auditor independence and audit quality. **Research in Accounting Regulation**, v. 23, n. 1, p. 78-82, 2011.

<https://doi.org/10.1016/j.racreg.2011.03.008>

DEANGELO, L. E. Auditor independence, “low balling”, and disclosure regulation. **Journal of Accounting and Economics**, v. 3, n. 2, p. 113-127, 1981.
[https://doi.org/10.1016/0165-4101\(81\)90009-4](https://doi.org/10.1016/0165-4101(81)90009-4)

DEFOND, M. L.; JIAMBALVO, J. Debt covenant violation and manipulation of accruals. **Journal of Accounting and Economics**, v. 17, n. 1-2, p. 145-176, 1994.
[https://doi.org/10.1016/0165-4101\(94\)90008-6](https://doi.org/10.1016/0165-4101(94)90008-6)

DEFOND, M. L.; SUBRAMANYAM, K. R. Auditor changes and discretionary accruals. **Journal of accounting and Economics**, v. 25, n. 1, p. 35-67, 1998.
[https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(98\)00018-4](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(98)00018-4)

DEFOND, M. L.; WONG, T.; LI, S. The impact of improved auditor independence on audit market concentration in China. **Journal of Accounting and Economics**, v. 28, n. 3, p. 269-305, 2000.

[https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(00\)00005-7](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(00)00005-7)

DE GEORGE, E. T.; LI, X.; SHIVAKUMAR, L. A review of the IFRS adoption literature. **Review of Accounting Studies**, v. 21, n. 3, p. 898-1004, 2016.

<https://doi.org/10.1007/s11142-016-9363-1>

DICHEV, I. D.; LI, F. Growth and accounting choice. **Australian Journal of Management**, v. 38, n. 2, p. 221-252, 2013.

<https://doi.org/10.1177/0312896212469520>

FÁVERO, L. P. et al. **Análise de dados**: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FIELDS, T. D.; LYS, T. Z.; VINCENT, L. Empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, n. 1, p. 255-307, 2001.

<https://doi.org/10.1177/0312896212469520>

FIRMINO, J. E.; DAMASCENA, L. G.; PAULO, E. Qualidade da auditoria no Brasil: um estudo sobre a atuação das auditorias independentes denominadas Big Four. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 5, n. 3, p. 40-50, 2011.

https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v5i3.13215

FRANCIS, J. Discussion of empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, n. 1, p. 309-319, 2001.

[https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00017-9](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00017-9)

GORDON, E. A.; HENRY, E.; JORGENSEN, B.N.; LINTHICUM, C.I. Flexibility in cash-flow classification under IFRS: determinants and consequences. **Review of Accounting Studies**, v. 22, n. 2, p. 839-872, 2017.

<https://doi.org/10.1007/s11142-017-9387-1>

HAGERMAN, R. L.; ZMIJEWSKI, M. E. Some economic determinants of accounting policy choice. **Journal of accounting and economics**, v. 1, n. 2, p. 141-161, 1979.

[https://doi.org/10.1016/0165-4101\(79\)90004-1](https://doi.org/10.1016/0165-4101(79)90004-1)

HALL, S. C.; SWINNEY, L. S. Accounting policy changes and debt contracts. **Management Research News**, v. 27, n. 7, p. 34-48, 2004.

<https://doi.org/10.1108/01409170410784239>

HATFIELD, R. C.; MULLIS, C. Negotiations between auditors and their clients regarding adjustments to the financial statements. **Business Horizons**, v. 58, n. 2, p. 203-208, 2015.

<https://doi.org/10.1016/j.bushor.2014.11.008>

HOLTHAUSEN, R. W.; LEFTWICH, R. W. The economic consequences of accounting choice implications of costly contracting and monitoring. **Journal of Accounting and Economics**, v. 5, p. 77-117, 1983.

[https://doi.org/10.1016/0165-4101\(83\)90007-1](https://doi.org/10.1016/0165-4101(83)90007-1)

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.
[https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)

JONES, S.; HIGGINS, A. D. Australia's switch to international financial reporting standards: a perspective from account preparers. **Accounting & Finance**, v. 46, n. 4, p. 629-652, 2006.
<https://doi.org/10.1111/j.1467-629X.2006.00186.x>

KINNEY, W. R.; PALMROSE, Z.; SCHOLZ, S. Auditor independence, non-audit services, and restatements: Was the US government right?. **Journal of Accounting Research**, v. 42, n. 3, p. 561-588, 2004.
<https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2004.t01-1-00141.x>

LEMES, S.; COSTA, P. S.; MARTINS, V. A. Comparabilidade das Escolhas Contábeis na Mensuração do Imobilizado de Empresas Listadas na BM&FBOVESPA e na NYSE. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 21, n. 2, p. 231-249, 2018.
https://doi.org/10.21714/1984-3925_2018v21n2a5

LEVINE, M. D.; BERENSON, M. L.; STEPHAN, D. **Estatística: teoria e aplicações**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2000.

MARTINEZ, A. L. Corporate governance, auditing and earnings management through accounting choices and operational decisions in Brazil. 2010. Disponível em:
<https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1595089&rec=1&srcabs=1573190&alg=1&pos=9>. Acesso em: 07 set. 2017.

MARTINS, G. A.; DOMINGUES, O. **Estatística geral e aplicada**. São Paulo: Editora Atlas, 6 ed., 2017.

MESSIER, W. F.; QUICK, L. A.; VANDERVELDE, S. D. The influence of process accountability and accounting standard type on auditor usage of a status quo heuristic. **Accounting, Organizations and Society**, v. 39, n. 1, p. 59-74, 2014.
<https://doi.org/10.1016/j.aos.2013.12.002>

MISSONIER-PIERA, F. Economic determinants of multiple accounting method choices in a Swiss context. **Journal of International Financial Management & Accounting**, v. 15, n. 2, p. 118-144, 2004.
<https://doi.org/10.1111/j.1467-646X.2004.00104.x>

NOBES, C. W.; STADLER, C. The qualitative characteristics of financial information, and managers' accounting decisions: evidence from IFRS policy changes. **Accounting and Business Research**, v. 45, n. 5, p. 572-601, 2015.
<https://doi.org/10.1080/00014788.2015.1044495>

PAULO, E. **Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados**. 2007. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-28012008-113439/pt-br.php>>.

Acesso em: 05 set. 2017.

PERREAUULT, S.; KIDA, T. The relative effectiveness of persuasion tactics in auditor-client negotiations. **Accounting, Organizations and Society**, v. 36, n. 8, p. 534-547, 2011.
<https://doi.org/10.1016/j-aos.2011.09.001>

QUICK, R.; WARMING-RASMUSSEN, B. Auditor independence and the provision of non-audit services: Perceptions by German investors. **International Journal of Auditing**, v. 13, n. 2, p. 141-162, 2009.
<https://doi.org/10.1111/j.1099-1123.2009.00397.x>

REYNOLDS, J. K.; FRANCIS, J. R. Does size matter? The influence of large clients on office-level auditor reporting decisions. **Journal of Accounting and Economics**, v. 30, n. 3, p. 375-400, 2000.
[https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00010-6](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00010-6)

SALTERIO, S.; KOONCE, L. The persuasiveness of audit evidence: the case of accounting policy decisions. **Accounting, Organizations and Society**, v. 22, n. 6, p. 573-587, 1997.
[https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(97\)00002-0](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(97)00002-0)

SILVA, D. M. **Escolhas contábeis e características corporativas de empresas de grande porte na adoção do IFRS em duas etapas: diagnóstico e análise**. 2016. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.
<https://doi.org/10.11606/T.96.2016.tde-11082016-104205>

SOUZA, F. E. A.; LEMES, S. A comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de propriedades para investimento em empresas da América do Sul. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 27, n. 71, p. 169-184, 2016.
<https://doi.org/10.1590/1808-057x201501480>

SUNDER, S. **Teoria da contabilidade e do controle**. São Paulo: Atlas, 2014.

SVANBERG, J.; OHMAN, P. Auditors' identification with their clients: Effects on audit quality. **The British Accounting Review**, v. 47, n. 4, p. 395-408, 2015.
<https://doi.org/10.1016/j.bar.2014.08.003>

WATTS, R. L. Accounting choice theory and market-based research in accounting. **The British Accounting Review**, v. 24, n. 3, p. 235-267, 1992.
[https://doi.org/10.1016/S0890-8389\(05\)80023-X](https://doi.org/10.1016/S0890-8389(05)80023-X)

WATTS, R. L. Conservatism in accounting part I: Explanations and implications. **Accounting Horizons**, v. 17, n. 3, p. 207-221, 2003.
<https://doi.org/10.2308/acch.2003.17.3.207>

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive accounting theory: a ten-year perspective. **The Accounting Review**, v. 65, n. 1, p. 131-156, 1990. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/247880>>. Acesso em: 10 out. 2017.

WAWERU, N. M.; NTUI, P.; MANGENA, M. Determinants of different accounting methods choice in Tanzania: A positive accounting theory approach. **Journal of Accounting in Emerging Economies**, v. 1, n. 2, p. 144-159, 2011.

<https://doi.org/10.1108/2042116111138503>